



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1398/16	DATA: 16/11/2016	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 15h48min	TÉRMINO: 18h33min	PÁGINAS: 79

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
KATIA DOS SANTOS PIAUY - Ex-auxiliar administrativa e financeira do Grupo Bellini Cultural. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Coordenador de Acompanhamento de Convênio e Outros Instrumentos do Ministério da Cultura.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento da Sra. Katia dos Santos Piauy e do Sr. Arlício Oliveira dos Santos.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções inaudíveis. Houve exibição de imagens. Há palavra ou expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da CPI da Lei Rouanet.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 8ª Reunião. Eu pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Delegado Edson Moreira.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada do depoimento da Sra. Katia dos Santos Piauy, ex-auxiliar administrativa e financeira do Grupo Bellini Cultural, e do Sr. Arlício Oliveira dos Santos, Coordenador de Acompanhamento de Convênios e Outros Instrumentos do Ministério da Cultura.

Convido a Sra. Katia para tomar assento à mesa.

Eu vou solicitar à Comissão que o Sr. Arlício possa fazer o seu depoimento logo após o depoimento da Sra. Katia, para não haver nenhum constrangimento de um falar enquanto o outro está presente. Eu peço que algum servidor da Comissão acompanhe o Sr. Arlício até uma sala nossa, onde ele ficará até que seja chamado, logo em seguida.

O motivo de a Sra. Katia estar sendo ouvida agora é ela ter um voo às 8 horas, e o Sr. Arlício residir em Brasília.

Antes de passar a palavra ao depoente, eu peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido aos depoentes será de 20 minutos, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações. Os autores dos requerimentos disporão de 10 minutos para as suas interpelações. Cada Deputado



membro da Comissão que estiver inscrito terá o prazo de 5 minutos para tecer considerações. Cada Deputado não membro terá o tempo de 3 minutos.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pela depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, e eu solicito à depoente que faça a leitura do seu teor.

Tem a palavra a Sra. Katia dos Santos Piauy, por até 20 minutos, após a leitura.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

O nosso Relator acabou de chegar.

Eu concedo a palavra à depoente por 20 minutos. Se for necessário, prorrogarei o prazo, sem nenhum problema. S.Sa. tem a palavra.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Boa tarde a todos. Eu trabalhei no Grupo Bellini Cultural. Entrei na empresa em 2014 na função de auxiliar administrativa e financeira. Antes disso, eu não conhecia o Grupo Bellini e não conhecia qualquer pessoa que trabalhava lá. Eu acabei entrando no grupo por indicação de uma amiga. Eu estava saindo de uma empresa, e ela me indicou, disse que havia uma vaga disponível na empresa e me indicou ao Sr. Antônio Bellini, que fez a entrevista comigo e acabou por me contratar, porque eu vinha do segmento cultural, tinha uma certa experiência já no segmento cultural também. Ao longo de 2014, eu trabalhei no Grupo Bellini exercendo essa função de auxiliar administrativa e financeira, que consistia basicamente em fazer o acompanhamento dos projetos culturais que já haviam sido aprovados e que já haviam recebido aportes e estavam em execução. Esse acompanhamento financeiro era, basicamente, checar as notas de fornecedores e verificar se elas estavam de acordo com os critérios determinados para a prestação de contas, e se aqueles fornecedores poderiam ou não prestar o serviço para o qual estavam se propondo. Então, essa era basicamente a minha função dentro da empresa. No final de 2014, eu avisei ao Sr. Antônio Bellini que não continuaria no grupo. Eu tinha projetos pessoais meus com relação a trabalho e saí do Grupo Bellini Cultural no finalzinho de 2014. Em 2015, eu comecei esses meus projetos pessoais e continuei prestando serviços para o grupo esporadicamente,



como uma prestadora de serviço, trabalhando também na mesma função de auxiliar administrativa e financeira em alguns projetos, fazendo a verificação contábil de alguns projetos. Assim, explanando rapidamente, é basicamente isso. Eu estou pronta para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Eu vou conceder a palavra ao Relator, então, que vai fazer as perguntas à senhora.

Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Boa tarde a todos.

Cumprimento meu colega Presidente Alberto Fraga, o colega Deputado Delegado Edson Moreira, os demais Parlamentares e, de um modo especial, cumprimento a Sra. Katia dos Santos, que aqui comparece.

Eu só não consegui registrar no início da sua fala o início da sua contratação. A sua contratação efetivamente se deu quando?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Em 2014.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em 2014. Então, efetivamente a senhora trabalhou diretamente com o grupo por 1 ano, não é?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Trabalhou durante todo o ano de 2014, rescindindo ao final?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Katia, hoje é público e notório, não só pelos indícios, mas pelas provas coletadas, que houve uma série de fraudes envolvendo empresas do Grupo Bellini. No período em que a senhora trabalhou, a senhora se referiu a fazer um trabalho relativo às conferências de nota fiscal.

Só confirmando, Sr. Presidente, a Sra. Katia está na condição de testemunha convidada ou convocada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Testemunha convocada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou conferindo, porque, quando cheguei, a Sra. Katia já tinha feito, provavelmente, o juramento de estar contribuindo com esta Comissão Parlamentar de Inquérito dizendo a verdade, e isso é extremamente importante.



Eu gostaria de saber se a senhora trabalhou naquela época atendendo à verificação de notas para mais de uma empresa. Quer dizer, fala-se em Grupo Bellini. A senhora pode nos elencar quais eram as empresas das quais ficava sob a sua responsabilidade a conferência da nota fiscal? Era mais de uma, não era?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim, era mais de uma empresa. Quando eu comecei a trabalhar no Grupo Bellini, eles especificamente me pediram para fazer o acompanhamento de projetos de empresas que estariam lá como parceiras da Bellini. Então, eu fazia o acompanhamento principalmente dos projetos de uma empresa denominada Estúdio Gastronômico, fazia o acompanhamento de projetos de uma empresa denominada Intercapital Belas Artes e também de alguns parceiros que são pessoa física — não são pessoa jurídica —, que foi o da Sra. Celia Beatriz.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Essas empresas — Estúdio Gastronômico e Intercapital Belas Artes — tiveram projetos aprovados na Lei Rouanet, ou elas eram simplesmente prestadoras de serviços? Elas tiveram também projetos aprovados e captaram recursos? Elas eram prestadoras de serviço, não é isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Elas tiveram projetos aprovados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, o Estúdio Gastronômico aprovou um projeto, captava recursos e trazia as notas para a senhora conferir se essas notas estavam devidamente adequadas às exigências da lei?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A senhora acompanha também a emissão dos pagamentos? Ou seja, o Estúdio Gastronômico captou o recurso, o dinheiro vai para a conta específica vinculada à Lei Rouanet. Os cheques eram emitidos por quem do Estúdio Gastronômico e da Intercapital?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Os cheques eram emitidos pela representante legal do Estúdio Gastronômico.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E a senhora lembra quem era a representante legal que assinava esses cheques?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Ana Cláudia é o nome dela.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ana Cláudia. Ela também tem laços familiares ou algum tipo de associação mais direta com o Sr. Bellini?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não tem laços familiares com ele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas o Bellini tinha também controle sobre essa empresa?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sobre a empresa, não. Pelo que eu entendi do Estúdio Gastronômico, eles tinham feito uma parceria para a realização de projeto, porque o Estúdio Gastronômico trabalha com fotografias e tem já a produção de livros, não com a Lei Rouanet, mas eles tinham feito parcerias para a produção de alguns projetos de livros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A senhora percebeu, em alguma dessas ocasiões, alguma nota que o Estúdio Gastronômico trouxe para comprovar os gastos com projetos? A senhora se lembra de qual projeto e qual o valor de alguma dessas duas empresas? Qual o valor mais expressivo que a senhora acompanhou dessas empresas?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - O Estúdio Gastronômico tinha um projeto de livro denominado *Ingredientes do Brasil*. O valor, se eu não me engano, ficava em torno de 250 mil, o total do projeto. E eles também tiveram um projeto de teatro realizado dentro do Estúdio, que se chamava Teatro Gastronômico. Aí, o valor desse projeto já foi um pouco maior. Eu não me recordo ao certo do valor do projeto, mas eu acho que estava em torno de 700 mil, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O Grupo Bellini operou com alguns projetos de mais de 1 milhão de reais.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Algum deles passou pela sua mão?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - De mais de 1 milhão foi projeto de *show*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - De *show*?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E esse projeto de *show* foi feito por meio de qual empresa?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Olha, teve um projeto de *show* que foi feito pela Intercapital Belas Artes, e teve também um projeto de *show* que foi feito pela Academia Brasileira de Arte, Cultura e História, que foi o que eu já havia mencionado lá no meu depoimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Que também estavam sob o controle do Sr. Bellini?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim, estavam sob o controle dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nas notas fiscais desses projetos que passaram pela sua mão, em algum momento, a senhora identificou alguma situação em que poderia se observar que o serviço não tivesse sido prestado ou que pudesse haver superfaturamento? A senhora teria mencionado isso a alguém?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Com relação às notas desses *shows*, superfaturamento, não. O que acontecia de chegar para mim eram notas em não conformidade. Então, por exemplo, chegava a nota de um fornecedor que não podia prestar aquele serviço, não estava inscrito no contrato social dele, não estava no CNPJ. Então, eu devolvia a nota, não aceitava. E aí eles buscavam outro fornecedor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas a nota já estava emitida.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É. O que eles faziam antes da emissão da nota fiscal era me pedir para... Eles me enviavam o CNPJ do fornecedor e pediam, antes, para fazer a consulta desse fornecedor. Em casos em que a nota já estava emitida, quando era recusada, o fornecedor cancelava.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, durante esse período, houve situações como essa: trouxe uma nota, e a nota não se adequava, buscou-se outra nota.

Diante do quadro que aí está, eu acho que é uma oportunidade importante não só para a senhora contribuir, mas também para se eximir de qualquer cumplicidade. Houve alguma situação que lhe pareceu inadequada e que V.Sa. tenha manifestado isso a eles — *“Olha, isso aqui não está adequado. Isso não me parece apropriado”* — e que pudesse ser indício de fraude?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim, sim. Houve.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A senhora se lembra de qual foi a circunstância? Esse indício de fraude envolvia uma prestação de serviço, uma contratação de serviço? Em qual dessas empresas?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Envolvia uma prestação de serviço, sim. O Grupo Bellini é que definia. Os fornecedores eram contratados por ele e não pelas empresas proponentes. Só para esclarecer, ele fazia essa parceria, mas ele cuidava de toda a execução e de toda a logística dos projetos. Então, ele é que definia os fornecedores. Então, houve, sim, no projeto de *show*, o Circuito Instrumental, que era da Academia Brasileira de Arte, Cultura e História, em que, várias vezes, eu questionei fornecedores que tinham...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Academia Brasileira de Arte, Cultura e...

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Academia de Arte, Cultura e História.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Era um fornecedor a Academia de Arte?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Era um parceiro, a Academia era um parceiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Hum, hum.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Só para esclarecer...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela que aprovou o projeto?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso. Só para esclarecer, eu fazia...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O esquema montado era: a empresa ou a entidade aprova o projeto, mas o Bellini comanda. Não é?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, isso mesmo. Ele tinha o controle total do projeto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tinha o controle, ou seja, ele escolhe o fornecedor, ele traz as notas, e os pagamentos vão sendo feitos.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E nessa hora você percebeu que havia faturamentos, nesse projeto da Academia de Arte, Cultura e História, que tinham indícios de fraude. Aí, você alertou quem, na época?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Na ocasião, eu falei com a pessoa da empresa que cuidava dos projetos de *show* e que controlava essa parte de fornecedores, que é a Zuleica, que é irmã do Bellini.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Zuleica, irmã do Bellini.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela trouxe as notas?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela trouxe as notas de *show* referentes ao Circuito Instrumental, e você verificou que aquelas notas não seriam adequadas.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ainda assim, ela insistiu, e essas notas foram pagas? Ou ela cancelou e trouxe outra nota? Você se lembra de algum episódio nesse sentido?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Em alguns casos, eles buscaram adequação com o fornecedor, foram buscar outras notas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em outros casos, não se respeitou a sua orientação.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Exatamente. Acabaram por contratar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pagou a nota, mesmo você demonstrando que entendia que ela não estava adequada?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, a Zuleica tinha essa ligação, e ela operava, neste caso, junto com os responsáveis pela Academia de Arte, Cultura e História?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não. O que acontece? A Academia de Arte, Cultura e História era uma empresa... Ela é uma empresa do terceiro setor, e é uma empresa da qual eu participava, da qual eu faço parte. E o Bellini me propôs inscrever projetos culturais através da Academia, informando que ele executaria de forma correta esses projetos. Ele me propôs a parceria na execução. E essa parceria foi aceita porque nós tínhamos, na época, a intenção de



alavancar a Academia, que era uma empresa que estava um pouco fora do mercado cultural. Então, por isso nós aceitamos. Aí, o que aconteceu? Depois do projeto aprovado, e quando começou a execução, nós percebemos que não era bem assim. Eu percebi que não era bem assim, que ele não iria executar esses projetos de forma correta, porque, além da questão das notas, a gente ainda tinha a questão dos *shows*, que deveriam ser abertos. Eles fizeram todo o material para chamar as pessoas, fizeram *flyers*, fizeram todo o material para chamar as pessoas para o *show* aberto, mas, no final das contas, eles faziam *show* fechado para o patrocinador. Quando foi detectado que isso ocorreria, esse projeto já estava em andamento. Quando foi detectado, eu não tinha o *know-how* para fazer o acompanhamento desse projeto de *show*. Então, ele estava sendo acompanhado pela Zuleica. Quando isso foi detectado, eu inclusive cancelei outro projeto de *show*, mandei ao MinC um documento pedindo para cancelar outro projeto de *show* que já tinha sido aprovado em nome da Academia também, porque eu não o executaria mais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Katia, essa informação é muito importante. Eu queria contar com a sua contribuição — eu volto a dizer — e lhe dar oportunidade para se manifestar. Dessa maneira, você contribui para que a gente esclareça, e eu acho que isso pode ser uma oportunidade para você demonstrar que, de alguma forma, você reagiu à fraude. Esta instituição ou empresa, Academia de Arte, Cultura e História... É esse o nome?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É Academia Brasileira de Arte, Cultura e História.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Academia Brasileira de Arte, Cultura e História. Qual o seu papel na instituição dessa empresa? Você fez parte desde o início? E quando ela foi criada?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eu sou tesoureira. Não faço parte dela desde o início. A Academia foi criada em 1990, e eu só passei a fazer parte dela em 2013.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em 2013?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quem preside essa instituição? É uma instituição ou uma empresa?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É uma instituição.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sem fins lucrativos?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, é uma organização não governamental?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em 2013, quem presidia essa instituição?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Quem presidia era o Sr. José Maria Braggion.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ainda é o Presidente?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Ainda é.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - José Maria?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Braggion.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Braggiola?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Braggion.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Braggion. Então, esse é o Presidente. E o projeto foi apresentado pela entidade?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - À Lei Rouanet?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A partir do momento em que o projeto foi apresentado, o Bellini entrou no Circuito. E quem fazia a captação desse dinheiro?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - O Bellini tinha uma equipe de captadores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vamos estar trabalhando com o Circuito Instrumental, a que você se referiu.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Porque tem outros, não é?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nesse Circuito Instrumental, ele tem uma equipe de captadores. Mas você se lembra de quais foram as empresas que doaram para este projeto? Foi mais de 1 milhão de reais para *shows*, para eventos e...

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso. Era para três *shows*. Para esse projeto, foi Laboratório Cristália...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Laboratório Cristália.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Foi Roldão...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Roldão. Roldão é algum tipo de comércio?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É mercado atacadista.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Supermercado?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Acho que é supermercado.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Teve outra chamada Givaudan, que doou também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu queria te pedir que nos descrevesse esse histórico, porque eu percebi que você notou que ali tinha uma coisa errada. Então, ele captou o recurso e, na hora de fazer os eventos, fazia fechados, para esses patrocinadores. E as notas também te levantaram suspeita?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É, algumas notas, porque tinha serviços contratados. As notas dos serviços contratados eram notas de serviços reais. O que chamava a atenção eram alguns fornecedores, algumas notas que... Um único fornecedor ia prestar vários serviços, por exemplo, e serviços que, por valor de mercado, a gente sabia que não era aquele o valor do serviço, que ele estava acima do valor de mercado. Então, eu chamava atenção para esses fatos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para os fornecedores do Circuito Instrumental?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esse fornecedor, muito provavelmente, uma nota fria, recebendo um valor fora do mercado... Vamos de



forma mais objetiva: além de perceber o erro na nota, você percebeu alguém levando vantagem nisso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, alguém levando vantagem nisso, não. O que...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Alguma coisa estava errada nisso, não é? A nota superfaturada...

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É, o que eu acredito que tinha ali era o próprio Bellini, a própria empresa ali, não terceiros. Acho que, levando vantagem ali, junto com fornecedores, só o próprio Bellini.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois é, Katia, mas você, como testemunha, que está aqui... Eu quero conduzir, como Relator, com a premissa de que você, percebendo que tinha alguma coisa errada, saiu, mas tomou providências. Nesse caso específico em que você notou que havia superfaturamento, que havia notas que você não aprovou, falando para Zuleica que havia *shows* que eram para ser abertos ao público, mas isso não estava sendo feito. O Bellini pode ter sido beneficiário de parte desse dinheiro. Você tem condição de ajudar esta CPI indicando algumas dessas notas que foram superfaturadas? Qual desses fornecedores chamou mais a sua atenção e você acredita que deva ser investigado? Você tem condição de nos indicar?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Dos fornecedores em si, nome de empresa eu não estou recordando agora, mas tinha... Dos *shows* que foram feitos para o Laboratório Cristália, acho que, de repente, fica mais fácil identificar, que foi o *show* de Recife.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi um *show* em Recife?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, em Recife. E um *show* em...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você lembra com qual programação musical?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Esse de Recife era o Jota Quest.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agora, um dos fornecedores desse *show* chamou a sua atenção. Você lembra qual?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Desse *show* tinha... Esse *show* eles fizeram também em Itapira. Um fornecedor que eles utilizavam para som e luz, se eu não me engano, é 90 Graus a empresa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você notava que esse fornecedor, de repente, estava lá no norte do País e, de repente, estava no sul também?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, era um fornecedor que eles utilizavam bastante aqui em São Paulo, esse 90 Graus.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E 90 Graus é o nome da empresa?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, que trabalha com som e luz. E do *show* que foi feito na cidade de Itapira, eles tinham também um pessoal que era meio que faz-tudo. Todos os serviços pequenininhos eles acabavam contratando para aquela pessoa. Ele fazia carro de som, ele fazia o *site*, ele fazia o Facebook do evento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E vinha com uma nota global?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso. Neste momento, eu não estou me lembrando do nome dele, mas é uma coisa que, posteriormente, eu posso verificar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Na cidade de Itapira?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É, Itapira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vou te fazer uma pergunta direta, e espero a sua compreensão, porque eu acho que é uma oportunidade de ficar claro aqui como se deu isso. Afinal de contas, você já colocou de maneira clara que houve o envolvimento. Você, além de funcionária, era tesoureira de uma empresa que estava atuando como parceira desse grupo que está envolvido em uma série de ilegalidades e ilícitos. Você, Sra. Katia dos Santos, ou alguém de laços muito próximos de você, atuou como fornecedora, recebeu proventos direta ou indiretamente, em razão dessas contratações? Houve algum tipo de contratação de serviço seu ou de seus familiares ou de empresa da qual você seja acionista, diretamente ou indiretamente, sem nota fiscal? Você recebeu algum provento, participou, executou alguma atividade?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não. Eu prestei serviços nos projetos, na parte administrativa, e na época em que eu trabalhava lá como funcionária, porque era através dos projetos que ele remunerava os funcionários.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas você ganhava uma comissão sobre isso ou você ganhava um salário na carteira?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, eu trabalhava... Nessa época que eu fiquei, em 2014, eu trabalhava como PJ. Eu emitia nota fiscal para ele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ah, era pessoa jurídica?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É, eu trabalhava como PJ, eu emitia nota fiscal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No seu nome mesmo, microempresa? Katia dos Santos Piauy ME?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, era como MEI. Isso, isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, Katia ME tem lá. Então, nós vamos encontrar lá, porque obviamente nós vamos levantar essas coisas que estou te perguntando.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É claro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você, então, é prestadora de serviços para o Grupo Bellini?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Dentro desses projetos, em um projeto aprovado pela Academia Brasileira de Arte e Cultura, nós vamos encontrar nota de prestação de serviços da Katia ME?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso não te trouxe constrangimento? Quer dizer, você é funcionária do Grupo Bellini, é tesoureira da instituição e você presta serviço e recebe pagamento dentro da Lei Rouanet? Que serviço foi esse que você prestou?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eu prestava apenas serviços administrativos, como auxiliar administrativa e financeira mesmo, que era responsável por cuidar dessas notas, cuidar da parte financeira.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, você prestava esse serviço para a Bellini.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Bellini te contratava. O contrato seu era com qual empresa? A ME não tinha um contrato com a Bellini?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não. Então, é isso que eu quero esclarecer. Não havia um contrato de prestação de serviços com a empresa Bellini. O que acontecia era o seguinte: ele havia me contratado para cuidar da parte administrativa desses projetos com parceiros. O.k.? Então, o que ficou acordado é que eu seria remunerada através dos projetos, entendeu? Não era a Bellini que ia me pagar um salário. Então, por exemplo, quando eu prestei serviços na parte administrativa para o Estúdio Gastronômico, eu recebi emitindo nota fiscal para o Estúdio Gastronômico.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Katia, a instituição em que você é tesoureira não tem previsão de remuneração para a diretoria. Ou tem?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, ela não remunera dirigentes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela é uma instituição filantrópica?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, ela é uma OSCIP.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É uma instituição sem fins lucrativos?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, ela é uma OSCIP e ela pode remunerar dirigentes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, pode. Mas consta lá na ata de formação, na sua eleição, como você sendo remunerada?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não tem especificamente que eu seria remunerada. Ela diz que os dirigentes podem ser remunerados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas você não foi remunerada como dirigente, não é?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, eu fui remunerada como prestadora de serviço.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Prestadora, nota fiscal da microempresa?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você tem condição de nos disponibilizar qual foi o valor global que você recebeu como microempresa durante esse período em que você atuou em parceria com a Bellini, não só da Academia de Arte e Cultura? Obviamente, nós teremos acesso a isso. Eu estou te perguntando diretamente para te dar aqui uma oportunidade para que você contribua com esta CPI. Você tem condição de nos informar, para fazer um jogo de absoluta transparência: *“Olhe, a minha empresa, microempresa, faturou em cima de projetos culturais tanto?”* Você tem condição de nos disponibilizar isso? Você tem ideia de quanto foi?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - O valor que tinha sido...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Essa remuneração dos projetos culturais — primeiro, só para esclarecer esse ponto também — é uma remuneração que era prevista dentro do projeto na parte administrativa. Todos os projetos têm essa parte administrativa prevista neles. Então, por isso é que eu recebia através do projeto, tanto o da Academia como o das outras empresas. Sempre tem uma parte administrativa que remunera o auxiliar administrativo, que remunera o contador, se for o caso, que remunera o advogado. Então, todos os projetos têm essa parte administrativa. O que eu tinha acordado com o Bellini é que eu receberia mensalmente um valor, que giraria em torno de 4.500 reais. Então, assim, através dos projetos com que eu estava trabalhando, ele chegava a esse valor de 4.500 reais por mês.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso significa que, em 1 ano, o seu faturamento global... Você trabalhou lá 1 ano?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi apenas nesse período que você recebeu dinheiro? No final das contas, você estava sendo paga com o dinheiro da renúncia fiscal.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você estava sendo paga com dinheiro de projeto.



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E o global que você recebeu de dinheiro de projeto? Você lembra quanto foi?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Então, no período de 1 ano, foi isso que eu recebi. Depois, quando eu fiquei...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Era um valor fixo, 4.500 por mês?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É. Eu tinha acordado com ele um valor fixo para trabalhar nos projetos culturais que ele tinha designado para mim — entendeu? —, independente de que empresa fosse, se era da Academia, se era do Estúdio Gastronômico, ou se era um projeto de pessoa física. Era um valor fixo que havia sido determinado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, o total ficou na ordem de 50 mil reais?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não mais do que isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não mais do que isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você tomou alguma providência, além de falar com a Sra. Zuleica, no sentido de denunciar essas irregularidades?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, denúncia eu não fiz nenhuma. A providência que eu tomei foi só de romper essa parceria, de não inscrever mais nenhum projeto. Como eu falei, eu mandei cancelar o que já estava inscrito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No nome da Academia Brasileira de Arte, Cultura e História... Só essa instituição tem a sua participação ou você participa de alguma outra empresa ou instituição que captou recursos da Lei Rouanet ou prestou serviços para a Lei Rouanet?

Aí você participou de uma empresa que captou recursos, que é a Academia Brasileira e você é a titular de uma empresa prestadora de serviços, que é a Katia ME. Então, você está nas duas pontas.

Há mais alguma outra empresa ou entidade da qual você participou e que captou ou prestou serviços para a Lei Rouanet?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, empresa ou entidade, não — empresa ou entidade, não. Quando eu comecei a trabalhar com o Bellini, voltando lá



em 2014, como eu tinha conhecimento nessa área cultural, ele me propôs, então, essa parceria para inscrição de projetos, o.k.? Então, eu trabalhei com a Academia e eu trabalhei com projetos pessoa física em meu nome, o.k.?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você trabalhou com projetos de pessoa física. Explique-me isso melhor. Qual projeto? Lá com o Bellini mesmo?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Lá com o Bellini.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - O que acontece? O Bellini chamou alguns parceiros para trabalhar com ele. Chamou algumas pessoas que estavam dentro do segmento cultural. Qual foi a explicação que ele deu para chamar essas pessoas? Ele disse que ele já tinha, nas empresas dele, proposto um limite, um número "x" de projetos, e que aí ele não poderia mais propor projetos culturais. Por exemplo, ele disse que tinha um limite de cinco projetos por empresa. Então, como ele havia já alcançado esse limite, ele começou a trazer parceiros para trabalhar com ele. Disse que não haveria problema, que esses projetos poderiam ser propostos. E, na época, ele me propôs isso. Então, eu trabalhei com a Academia e trabalhei no meu nome, pessoa física, com projetos de livros apenas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No seu nome? Você mesma apresentou?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Katia dos Santos. Nem era microempresa, é você.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E esse livro.. Foi aprovado algum projeto no seu nome?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Foi. Foi, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual foi?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Teve um livro chamado *Alegria do Brasil...*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - *Alegria do Brasil?*

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você lembra quem é o autor?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - *Um Olhar sobre os Sorrisos Brasileiros.*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É outro livro?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, esse é o complemento do livro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - *Alegria do Brasil: um Olhar Sobre os Sorrisos Brasileiros.*

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você lembra quem é o autor do livro?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Fugiu-me o nome do escritor agora, porque ele trocou. Ele trabalhava sempre... O Bellini tinha uma escritora que trabalhava sempre com ele, que era a Cíntia, né? Mas este livro, *Alegria do Brasil*, não foi ela. Foi outra moça que ele contratou, outra escritora que ele contratou para escrever. Mas isso tem fácil no livro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ele contratava uma pessoa para fazer um livro?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E você lembra qual foi valor? Esse foi o primeiro projeto, Katia?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi o primeiro projeto, foi a primeira iniciativa sua, ou melhor, dele, em que você atuou como parceira. Você foi a escalada.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você se lembra do valor desse projeto?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Esse projeto também ficou em uma média, se eu não me engano, de 200 mil, no total.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Aproximadamente 200 mil? Nós vamos checar isso direitinho.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Uma das práticas nesses processos é: elabora-se um projeto de 200 mil e gastam-se 20 mil com livros. O que ocorreu de fato nisso? Isso já foi uma das coisas que a despertou para o fato de que aquele não era o caminho adequado?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Esses projetos de livro... Na realidade, o que me trouxe, assim, a percepção de que tinha uma coisa errada foi o projeto de *shows*, porque, nos projetos de livro, ele executou tudo como estava escrito no projeto. Inclusive, dentro da empresa, ele tinha um setor lá que cuidava disso, tinha o pessoal de editoração gráfica. Ele tinha um relacionamento com os escritores. Então, ele executou tudo como estava feito no projeto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você assinou a proposta para o Ministério?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quem cuidou, lá no Ministério, de aprovar o projeto?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Como assim? Desculpa! Não entendi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você apresentou ao Ministério a proposta do projeto de elaboração do livro *Alegria do Brasil* no seu nome, mas foi uma concepção do Grupo Bellini.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ele que tinha o autor, ele que sabia qual era o esquema. Você apresentou, preencheu os formulários. Quem cuidou, no Ministério, de acompanhar e de assegurar essa aprovação? Foi o próprio Bellini?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso. O próprio Bellini. Ele tinha uma pessoa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Essa era a rotina dele? Ele é que cuidava disso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso. Ele tinha uma pessoa lá só para fazer o acompanhamento desses projetos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quem era essa pessoa?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Era a Mônica.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A aprovação de projetos era com a Mônica?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Mônica Freitas. Ela acompanhava tudo, desde o momento que tinha sido escrito até a aprovação final.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mônica Freitas. E ela vinha até aqui e ao Ministério para cuidar disso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Isso tudo é feito *on-line*, via sistema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você não tem conhecimento de nenhum contato com o Ministério?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, eu nunca tive conhecimento de nenhum contato aqui com o Ministério. As propostas eram todas colocadas via sistema. Existe um sistema chamado SALIC em que as propostas são escritas. Se tiver algum questionamento por parte do Ministério com relação ao projeto, ele é feito através de uma diligência dentro do próprio sistema, que é respondido também *on-line*, entendeu? Então, assim, eu não tenho conhecimento de nenhum contato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você saiu no final de 2014 percebendo que havia irregularidades?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, nos projetos de *shows* apenas; nos de livros, eu não havia notado irregularidades.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É, houve. (*Riso.*) Houve não só em *shows*, mas também em diversas coisas, até em casamentos, não é Izalci? O negócio virou uma máfia mesmo.

Você gostaria, para concluir, de acrescentar alguma informação, que poderia contribuir com esta Comissão, sobre qualquer empresa? Você já citou aqui o caso desse *show* lá em...

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Em Recife.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em Recife e outro em Itapira, não é? E citou a empresa 90 Graus. Há mais alguma situação em que você se deparou com alguma nota que você percebeu ser nota fria ou alguma coisa que estava sempre frequente ali e que pudesse nos ajudar a identificar o *modus operandi*, a maneira de desviar esse dinheiro público?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - De outros fornecedores, não. Mas o que acontecia? O Bellini, como eu mencionei anteriormente, tinha toda uma estrutura para executar os projetos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Então, assim como ele tinha estrutura para executar os projetos, tinha também equipamentos. Então, o que é que acontecia? Em determinados projetos, na realidade, nas rubricas que estavam escritas nos projetos, ele mesmo atuava como fornecedor, entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ah! sim. Ele montou uma estrutura para...

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É. Ele mesmo, por exemplo, se tivesse que fazer uma tenda de um teatro, locar a tenda, ele tinha a tenda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E aí a empresa dele...

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Fornecia a tenda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...emitia a nota?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É. A empresa dele emitia a nota. Se tivesse que locar um equipamento de som, um palco, por exemplo, ele tinha o equipamento de som e o palco. Então, a empresa dele emitia a nota. E aí o que acontecia era que, normalmente, ele não tinha orçamento para isso, né, de outras empresas. Ele trabalhava só com a empresa dele e trabalhava com o valor máximo da rubrica que estava disponível.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Dando margem ao superfaturamento.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Muito bem. Por ora, é só, Sr. Presidente. Eu agradeço a Sra. Katia. E o Izalci, que foi o autor do requerimento, deve estar ansioso para fazer as suas perguntas, não é, Izalci?

Obrigado, Sra. Katia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Antes de passar a palavra ao Deputado Izalci, eu queria que a senhora me respondesse duas perguntas: nessa ação da Polícia Federal, a senhora chegou a ser presa?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Foi? Por quantos dias a senhora ficou presa?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Cinco? A senhora conhece o Sr. Arlício?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, eu não conheço o Sr. Arlício. Isso também me foi perguntado lá. Eu não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nunca teve nenhum contato com ele?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, nunca tive nenhum contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou conceder a palavra, portanto, ao autor do requerimento, o Deputado Izalci Lucas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, quero só informar que o Sr. Arlício está numa sala separada.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ótimo! Tenho muitas perguntas para ele também. Mas, depois de receber esses documentos — mais documentos —, percebemos que a coisa é muito mais grave do que imaginamos, porque há muitas irregularidades nesse processo. Rapidamente, vou falar aqui algumas coisas desses últimos documentos: 34.107 proponentes, e foram constatados 72.687 indicadores de irregularidades; 308.000 ocorrências suspeitas; 35.700 casos de sócios ou responsáveis de proponentes com filiação partidária; 1.116 sócios ou responsáveis fornecedores com filiação partidária; 1.459 casos de proponentes recém-criados — criaram e retiraram imediatamente o recurso; 3.010 casos de patrocinadores e proponentes com o mesmo contador no mesmo projeto; 12.720 casos de patrocinadores e proponentes com o mesmo sócio no mesmo projeto; 9.700 casos de patrocinadores com a mesma conta de *e-mail*; 8.900 casos de patrocinadores e proponentes com o mesmo nome de mãe; 5.220 fornecedores com o mesmo contador; 14.700 sócios que eram proponentes e também eram fornecedores; 4.744 sócios propunham e eram fornecedores — 4.744 casos; 988 casos de proponentes e fornecedores com o mesmo telefone; 5.577 casos de sócios e proponentes que também eram servidores do Ministério da Cultura; 1.009 casos de proponentes que



eram servidores do Ministério da Cultura e que também tinham o mesmo endereço; 4.790 casos de sócios e servidores do Ministério da Cultura que tinham endereço similar; 30.252 casos com o mesmo número de telefone; e 57.230 casos com o mesmo contador. Então, são coisas absurdas. E muitos aqui ainda vão se surpreender com muita coisa. Agora vou direto às perguntas. Primeira: V.Sa. não é contadora?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eu sou, sou contabilista, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Contabilista não é a profissão. V.Sa. é técnica?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. é registrada no Conselho?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim, sou.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Como Técnica de Contabilidade.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Consta do Termo de Reinquirição de V.Sa., em depoimento prestado à Polícia Federal, em junho de 2016, que V.Sa. conheceu o Grupo Bellini em 2014 por ocasião da sua contratação como auxiliar administrativa e financeira.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Em função disso, pergunto: V.Sa. participou direta ou indiretamente das fraudes praticadas pelo Grupo Bellini Cultural para a captação de recursos da Lei Rouanet? Em que circunstâncias foi isso?

V.Sa. sabe que o Grupo Bellini...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Izalci Lucas, como ela está respondendo rapidamente, eu acho que seria bom V.Exa. fazer um bate-bola.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu passo para ela por escrito, fica mais fácil de ela responder, senão vai demorar muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está bem.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu lhe passo as perguntas e você vai respondendo.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Hum, hum!



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. saberia dizer quais os contatos do Grupo Bellini Cultural dentro do Ministério da Cultura? Quem participava desse esquema no Ministério da Cultura? Quais os servidores de lá que tinham esse contato com o Grupo Bellini Cultural, esse contato e essa participação criminosa? V.Sa., ainda também no Termo, disse que foi proponente de três projetos culturais: *Arquitetura no Brasil: Um Olhar Vertical*; *Sons e poesia ao vento*; e *Alegria do Brasil: Um Olhar sobre os Sorrisos Brasileiros*. Em relação a esses projetos, eu pergunto: qual o seu interesse em apresentar três projetos culturais de livros para captar recursos da Lei Rouanet? Se não havia o interesse pessoal, qual foi a real motivação? V.Sa. poderia nos informar se houve um ajuste “espúrio” — entre aspas — entre o proponente do projeto, no caso o Grupo Bellini, e o seu patrocinador? Quais foram os termos de ajuste? Que tipo de proposta o Grupo Bellini fazia para os seus proponentes e para os seus patrocinadores? Que tipo de negociata era feita? Ainda no termo, V.Sa. disse que Antonio Carlos Bellini Amorim negociava no mercado comprovantes para simular falsas doações de livros. Aí eu pergunto: V.Sa. poderia nominar as empresas que forneciam esses falsos comprovantes de doações de livros ao Grupo Bellini Cultural? V.Sa. poderia esclarecer o envolvimento da empresa ALA — Academia Latino-Americana de Arte, pertencente ao Fabio Porchat, o pai, nesse esquema? V.Sa. poderia dizer se Antonio Carlos Bellini Amorim era amigo do Fabio Porchat, o pai? Havia algum outro vínculo entre o Bellini e o Porchat, que V.Sa. conhece ou tomou conhecimento? V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes acerca do relacionamento comercial existente entre o Grupo Bellini Cultural e a Gráfica Mazer? Por que havia esse acordo exclusivamente com essa gráfica? Ainda no termo, V.Sa. disse que o Antonio Carlos Bellini Amorim passou a administração do Grupo Bellini para o seu filho, Felipe Vaz, e para sua esposa, Tânia Regina, em 2014. Diante disso, eu pergunto: V.Sa. poderia nos informar por que razão o Antonio Carlos deixou a administração do grupo em 2014? Seria por causa realmente da Operação Boca-Livre? Ainda no termo, V.Sa. mencionou uma reunião que houve na sede do Laboratório Cristália no final de 2014. Além de V.Sa., estavam presentes nessa reunião Antonio Carlos Bellini Amorim e Bruno Vaz Amorim, e pelo Laboratório Cristália compareceram Aparecida Rafael de Matos, que é do *marketing*, Lídia Andreatta, do *marketing* também, e Odilon José da Costa



Filho, que era o diretor. Diante disso, eu indago: é correto afirmar que o Odilon José da Costa Filho condicionou o patrocínio à realização de um *show* privado para a empresa? Como foram as tratativas desse ajuste? Como foi feita essa tratativa? V.Sa. confirma que eram comuns os ajustes privados entre patrocinadores e produtores culturais, nesse caso do Grupo Bellini, para viabilização da captação de recursos na Lei Rouanet? Havia essas negociações? V.Sa. poderia detalhar, então, esses casos, como foi essa tratativa? V.Sa. pode esclarecer os acertos existentes entre o Grupo Bellini e a Academia Brasileira de Arte, Cultura e História — ABACH? Qual a relação que V.Sa. tem com a ABACH? Tenho aqui, e eu vou passar às mãos de V.Sa., uma tabela que discrimina os três projetos de que V.Sa. foi proponente. Constatado que os três projetos foram aprovados após a abertura do inquérito da Polícia Federal. Então, diante disso... Aí são aqueles projetos que eu já mencionei: *Um Olhar Vertical*; *Sons e Poesia ao Vento*; e aquele outro *Um Olhar sobre os Sorrisos Brasileiros*. Como foi após a Operação, eu pergunto: V.Sa., mesmo com pouco tempo de contratação pela Bellini e sabendo da existência de uma investigação da Polícia Federal, não temeu ser apontada como partícipe de um esquema de fraudes? V.Sa. tinha alguma participação financeira por parte desse esquema? V.Sa. poderia relatar quais foram as contrapartidas lícitas e ilícitas ajustadas com esses patrocinadores nesses três projetos? Para encerrar, tenho comigo também outra tabela que discrimina três projetos entre a Academia Brasileira de Arte, Cultura e História — ABACH... Ela foi proponente. “*Constato que os três projetos foram aprovados após a abertura do inquérito policial*”. Então, eu pergunto aqui, com relação a isso: como representante da ABACH, V.Sa. não temeu ser envolvida nesse esquema de fraude perpetrado pelo Grupo Bellini Cultural? V.Sa. poderia nos relatar quais foram as contrapartidas também lícitas e ilícitas ajustadas com esses três projetos? Essas eram as minhas indagações. Vou passá-las por escrito, que aí fica mais fácil respondê-las.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Tá. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Esse 1 minuto e 30 segundos eu aproveito no final para falar mais alguma coisinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, já pode passar...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu já passei, está com ela.



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sra. Katia, pode começar a responder.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Está o.k. A primeira pergunta é se eu participei direta ou indiretamente das fraudes praticadas pelo grupo. Não, eu não participei das fraudes praticadas. Conforme eu já esclareci aqui no início, o Bellini propôs a parceria para inscrição dos projetos culturais na Lei Rouanet, porque, segundo ele, a empresa dele tinha chegado ao limite máximo de projetos, e que não haveria problemas se esses projetos fossem propostos por parceiros. E aí, conforme eu esclareci também, eu atuei em projetos de outros parceiros, para os quais ele disse a mesma coisa, tá? Então, eu não participei nem tinha conhecimento dessas fraudes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Continue.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Contatos do Grupo Bellini dentro do Ministério? De acordo com o que eu já disse também, tinha sido me perguntado sobre o Sr. Arlício, que eu não o conheço, e não conheço nenhuma outra pessoa dentro do Ministério da Cultura. Tudo era feito através do Sistema SalicWeb, sem nenhum contato direto. Quando é necessário esclarecer alguma dúvida, existe um telefone apenas, do Ministério, mas, assim, é aquele telefone para esclarecimento de dúvidas, que é geral, não é um contato lá dentro, né? O meu interesse em propor os projetos culturais, de acordo com o que eu já disse também...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - De livros, esses são relacionados aos livros.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso. É de livros. Era pelo fato de participar de uma empresa, de uma entidade, que é a Academia, que é do segmento cultural, e eu queria manter o segmento cultural da Academia vivo. Ela trabalhou... O forte da Academia vinha sendo exposições de artes, mas ela já tinha trabalhado com edição de livros também. Então, eu queria dar continuidade. Foi por isso que eu propus os projetos, tá? Aceitei propor os projetos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas no caso dos livros, V.Sa. sabia que as empresas não recebiam a quantidade colocada no projeto.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Já que V.Sa. era contabilista...

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Por quê? Sempre que era feita a emissão das notas fiscais para tiragem, para emissão da tiragem e pagamento da gráfica, era feito, saía na tiragem que foi inscrita no Ministério. Então, foram inscritos 3 mil livros, eram negociados 3 mil livros. Na realidade...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas nas empresas de V.Sa. recebiam os 3 mil livros.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É. Então, na realidade, eu fiquei sabendo só depois, quando houve todo esse processo, que eles negociavam os 3 mil livros com a gráfica, passavam que iam fazer os 3 mil, só que mandavam a gráfica fazer uma quantidade maior, entendeu? Foi por isso que eu falei do indício de superfaturamento...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Maior ou menor, porque alguns proponentes, de 3 mil, receberam 1.500. A nota fiscal era integral, mas a quantidade de livros era menor.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Porque é assim: é feita uma tiragem total de 3 mil, e ela tem uma determinada quantidade que vai para o patrocinador e uma determinada quantidade que precisa ser doada. Está escrito no projeto o que vai ser feito com esses livros. Então, assim, o patrocinador recebeu a quantidade que lhe cabia. O que sobrou desses livros foram, por exemplo, enviados...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - As empresas em que eu conversei, nenhuma delas recebeu a quantidade que foi combinada. Sempre receberam uma quantidade muito menor.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Como assim menor? Não entendi.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tinha que receber 2 mil, recebia mil, a empresa, a patrocinadora.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Não, não. Com relação a esses projetos aqui, o que eu sei...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, não. Eu estou falando de um modo geral.



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Ah, tá, tudo bem. Eu estou falando dos meus projetos em si, o que funcionava.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Desses vocês receberam o total?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É. Eram 3 mil: tiragem de 3 mil e feitos 3 mil livros, o.k.? E aí parte do patrocinador e, depois, o restante seria doado. A parte que seria doada... Por exemplo, eu mesma me encarreguei de fazer a doação dessa parte. Então, tinha um projeto de doação de livros da SPUrbanuss, por exemplo. Eu entrei em contato com eles e coloquei o projeto lá. No projeto também dizia que ia ser enviado para bibliotecas em todo o País. Então, eu mesma postei, via correio, esses exemplares que foram para as bibliotecas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não houve irregularidade nenhuma nesses três projetos? Estava tudo certinho?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Esses projetos...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Desses três projetos.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Do que eu participei no projeto, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. Do que V.Sa. tem conhecimento.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Do que eu tenho conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Todos perfeitos? Os três projetos? Não teve nenhum problema?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Esses três projetos... Um dos projetos, só para esclarecer, o Arquitetura no Brasil não foi concluído, tá? Ele estava ainda em fase de orçamento de gráfica, tá? Ainda não foi concluído.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas houve captação?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Houve captação. Ele estava... Terminou de ser feita a parte gráfica do livro, texto, e ele estava em fase de orçamento na gráfica para impressão. Então, ele não foi concluído.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Vamos avançar, está bom?

E desse ajuste espúrio aí com o Grupo Bellini, V.Sa. nunca tomou conhecimento?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, porque eu não participava de nenhuma reunião com patrocinadores.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Com o seu projeto, nunca foi discutido nada sobre isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Nenhuma reunião com patrocinadores. Todas as reuniões com patrocinadores eram feitas pelo Bellini e pelo filho dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Pelos captadores?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Por um dos dois, ou o Felipe e o Bruno e um captador, eventualmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O.k.

E os falsos comprovantes das doações?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Então, na fase de prestação de contas aí do projeto, como o Bellini, em um dos livros, deu mais exemplares do que deveria para um patrocinador, então eu perguntei a ele sobre os demais, como faria para a prestação de contas. Ele me disse que ele teria comprovantes. No caso do comprovante que ele mencionou, foi da ALA, que eu já mencionei no depoimento, que é a Academia Latino-Americana de Arte, do Sr. Fabio Porchat. Ele disse que conseguiria comprovantes com ele.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ou seja, ele emitia nota de qualquer jeito, sem ter a correspondente mercadoria.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Oi? Desculpa. Ele emitia...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ele emitia nota sem ter o lastro?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Ele não emitia nota...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ele conseguia nota, só para prestar conta?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, ele não emitia nota. Ele emitia um comprovante, uma declaração de que havia recebido os livros, já que teriam que ser doados.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, e que, na prática, não recebiam?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sobre a ALA você já falou, o Fabio Porchat, não é isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Fabio Porchat, pai, que recebia, não é isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, isso mesmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O.k.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Bom. Relacionamento entre o Sr. Bellini e o Sr. Fabio Porchat. Bom, eu não sei. Ele... O Sr. Fabio Porchat ia sempre ao escritório. Estava sempre lá conversando com ele, mas eu não sei a amplitude do relacionamento dos dois. Mas ele frequentava o escritório do Bellini.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sempre? Como era essa periodicidade?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Olha, ele ia com certa frequência.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O que é certa frequência? Uma vez por semana?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É, é.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Todo dia?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, todos os dias não. Uma vez por semana ou, de repente, a cada duas semanas, mas eu sempre o via no escritório.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E essa gráfica?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Tá. Então, a Gráfica Mazer era a gráfica responsável pela impressão dos livros. Bom...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sabe quem é dono dessa Mazer?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não. Não sei quem é o dono da gráfica.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sabe da relação deles?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Então, o que acontece? Eu cheguei a levar orçamentos de outras gráficas com valores menores, né? E o que eu notei foi que existia uma resistência, como eu falei no meu depoimento, uma resistência, principalmente do Felipe, filho do Bellini, em aceitar trocar de gráfica, tá? Mas o que...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Aí ele pedia para você conseguir um preço maior em outras gráficas?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não. Ele não pedia para conseguir um preço maior. Eu achei que o preço...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não tinha que provar isso, os preços, não?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eu achei que o preço da gráfica estava muito alto e aí eu fiz orçamentos em outras gráficas e mostrei para ele, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - E aí, ele me disse que... Bom, enfim, ele alegava questões de qualidade, que os livros nas outras gráficas não saiam com o padrão que ele queria. Era o que ele alegava para não trocar, para não mudar essa Gráfica Mazer. Agora...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E você desconfiava de alguma coisa? Isso foi suficiente para convencê-la de que era isso mesmo?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Tanto é que, no último livro, que não foi concluído, eu cheguei a fazer orçamentos com outras gráficas e apresentei para ele e estava pressionando para que ele trocasse. Por isso que não chegou a ser fechado, e os livros não foram impressos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas você sabe se eles têm alguma relação?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não. De relacionamento...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Alguma relação, tem sociedade, alguma coisa?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, porque todas as reuniões com esse pessoal... Sociedade, não. Eu acredito que não tenham.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não tem um laranja no meio?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Sociedade, pelo menos isso eu não sei. Acredito que não, mas todas as reuniões com a gráfica, para definir ajustes de valores e impressão, eram tratadas diretamente por ele.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Por que eles mudaram o grupo, você sabe? De 2014? Sabe se foi por causa da Operação Boca-Livre?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. O que foi alegado, na realidade, assim... Nenhum de nós — até respondendo uma pergunta que está para frente —,



nenhum dos parceiros tinha conhecimento de que havia uma investigação em andamento. Nenhum dos parceiros tinha esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi. Só tomaram conhecimento agora, em 2016?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Só agora. Só agora. O que ele propôs na época era: *“Vocês podem fazer a parceria comigo apenas porque, assim, eu já cheguei ao meu limite de projetos. Eu não consigo colocar mais projetos”*. Não porque ele tivesse, né... Ele não abriu para ninguém que ele estava sendo investigado, ele não contou isso para ninguém, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sobre essa questão do Odilon, nessa reunião, poderia afirmar que ele condicionou o patrocínio, para fazer o patrocínio, à realização de um *show* privado na empresa dele, ou não? Você estava na reunião, participou da reunião? Como é que é isso aí, essa reunião? Como é que foi a reunião?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Então, essa reunião foi basicamente porque o Odilon queria ver quanto custava um projeto de *show*, quanto custava efetivamente um projeto de *show*. Então, eles me chamaram para acompanhá-los, apenas para explicar as rubricas, quanto custa a pré-produção, quanto custa a produção e a execução, a parte administrativa, enfim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas você chegou a ouvir ou presenciou alguma condicionante para ter o *show* privado? Porque aquilo foi um *show* privado, a empresa do...

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Condicionante, não. Alguma coisa assim que ele dissesse efetivamente que ele queria algo em troca...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Que ele só daria o patrocínio se tivesse o *show*, não?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. A única coisa que ele disse foi o que eu mencionei no meu depoimento, que ele tinha dito que, se ele não pudesse usar a Lei Rouanet a seu favor, que ele preferiria pagar o imposto e não iria aportar em projeto cultural nenhum.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Aí foi atendido e teve o *show*?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim. É...



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tá.

Bem, esses ajustes aí que aconteceram com o Odilon... No caso dos outros patrocinadores e produtores culturais, para viabilizar a Lei Rouanet... Você pode detalhar mais algum caso em que teve esse tipo de condicionante, assim?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não. Não consigo detalhar outros casos, porque essa foi a única vez em que eu participei de reunião com patrocinador.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Com relação a *show*?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não só de *show*. Dos outros projetos também, eu nunca participei de reunião com patrocinadores. Era bastante fechado. Eram só o Bellini e os filhos dele que participavam de reunião com patrocinador e o captador que estivesse trabalhando, né?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Esses captadores tinham recurso? Tinham um percentual? Eles recebiam quantos por cento?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eles recebiam, sim. De acordo com... Quando o projeto era captado, eles recebiam o que estava inscrito no projeto, que eram 10% do total.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Era 10% do valor?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Era.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Qual era, então, a sua relação com a ABACH?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Foi o que eu já expliquei. Eu era tesoureira da ABACH. O motivo da inscrição dos projetos foi o mesmo que eu expliquei com relação à pessoa física: a gente queria manter a entidade no meio cultural, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas havia algum acordo entre o Bellini e a ABACH?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não, nenhum.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Algum acordo de cooperação? Algum ajuste, nada?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, nenhum. Na realidade, a ABACH só entrou nesses projetos, como eu disse, depois que detectei que tinha



problemas no projeto de *show*. A ABACH saiu e inclusive cancelou o outro que já tinha sido aprovado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Então, quando você entrou no Bellini, quando começou essa parceria com o Bellini, você não se preocupou com a investigação porque vocês não sabiam, naquela época, que tinha investigação? É isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não. Nenhum de nós sabia que havia uma investigação. Como eu falei, ele não abriu isso para ninguém. Para todos os parceiros ele disse que poderia inscrever projetos em nome de outras pessoas, que não haveria problema, que ele precisava fazer isso porque já tinha chegado ao seu limite de projetos a apresentar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Para finalizar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Izalci, permita-me só fazer uma pergunta que não fiz, porque há uma coisa que está me deixando intrigado. A senhora repetiu mais de uma vez e repetiu agora de novo que ele buscava parceiros — no seu caso, a senhora foi convidada, foi recrutada a ser uma instituição parceira, ou seja, o instituto que a senhora representa, e também outros — com a alegação de que ele iria gerenciar, cuidar disso, porque já tinha apresentado cinco projetos e estava com dificuldade. Eu não achei isso na lei, em lugar nenhum. E você já foi para lá sabendo como é que funciona a Lei Rouanet. De onde vocês tiraram isso? Foi alguma recomendação do Ministério da Cultura? Ele encontrou alguma dificuldade? Não há uma explicação na lei, dizendo: “*Você já tem cinco projetos; por isso, não pode ter seis*”. Qual é a explicação para isso? Você repetiu isso três vezes, que ele chamou parceiros porque já estava no limite dele. Quem estabeleceu esse limite?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso realmente não está escrito na Lei Rouanet, tampouco no ProAC. Na realidade, no ProAC está. No ProAC, há um limite de projetos por proponente; na Lei Rouanet, não. Mas essa informação dele, pelo tempo que ele já trabalhava com projetos, 20 anos, ele sabia disso, que ele tinha cinco projetos inscritos e que o sexto não seria aprovado. A condição para que ele conseguisse colocar um sexto projeto seria se ele já tivesse captado, eu acho, 33% do total que ele já tivesse inscrito.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Como conhecedora que é das regras, você sabe se há alguma resolução, alguma norma, algo que valha para todo mundo? Qual é a explicação para isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eu não me lembro da norma, mas eu acredito que haja sim. Uma vez, ligando para essa central do Ministério da Cultura que eu falei, para esclarecer essa dúvida, eles me disseram que isto era fato: se o proponente já tivesse inscritos cinco projetos, se ele não tivesse feito a captação de pelo menos 33% desses projetos, ele não poderia colocar mais um, só quando ele tivesse feito a captação. Pessoa física é a mesma coisa: se inscreveu dois projetos e não captou pelo menos 33% dos projetos, não poderia propor um terceiro. Então, essa explicação veio verbalmente mesmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Para concluir, há um mapa aqui, em relação ao depoimento, que deixa muito claro que, com relação à gráfica, houve superfaturamento. V.Sa. diz que pegou vários orçamentos. As diferenças eram significativas?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eram. Esse último projeto que eu peguei...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu poderia afirmar que havia superfaturamento na prestação de contas com nota fiscal da gráfica?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - O acordo que ele fazia com a gráfica, esse valor para imprimir os 3 mil exemplares da tiragem estava acima do valor de mercado sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Bem acima? Percentualmente falando, quanto você coloca?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Cada projeto tem um valor aprovado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você pegou o orçamento, não é?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Por exemplo: o último, que está mais fresco na minha cabeça, esse da arquitetura, cuja impressão não foi executada ainda, a verba, se eu não me engano, está em torno de 100 mil para impressão. Eu fiz orçamentos que ficavam entre 45 e 62 mil, no máximo, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quase 100% de superfaturamento. Bem, nessa reunião de que você participou com o Laboratório Cristália foi definido



aquele *show* privado em troca do patrocínio cultural, foi decidido o *show* que V.Sa. mencionou. Há três projetos aqui em que houve captação: Circuito Instrumental, 1,56 milhão; Exposição Brasil: Nossa História, Nossa Gente, 623 mil; e Circulando — Teatro para Escolas Públicas, 850 mil. Esses três projetos, oriundos dessa reunião, trataram de todos esses temas?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não. São patrocinadores diferentes.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim. Mas na reunião só trataram do *show*?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Só do *show*.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Desses três projetos que houve captação você tem conhecimento?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Tenho.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eles chegaram a prestar contas? Chegaram a concluir o projeto?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Concluiu sim. Esses projetos foram realizados, foram executados. A exposição foi feita na cidade de Guaíra. O outro projeto, o de teatro, Circulando — Teatro para Escolas Públicas, percorreu 14 capitais — a peça de teatro. Ele foi executado integralmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você participou disso? Chegou a ver isso fisicamente, acompanhando a execução ou não?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Fui à exposição em Guaíra. A exposição realmente foi feita, foi montada. Eu fui até Guaíra para ver a exposição.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você teve participação ativa, uma participação significativa dentro do que estava previsto no projeto?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Dentro do que estava previsto no projeto sim. Eu acompanhei a parte administrativa.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essa exposição foi através de uma empresa ou não? Ela foi pública? Onde foi isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Essa exposição foi feita no Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça — IORM, na cidade de Guaíra.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas ele é o patrocinador?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É o Grupo Colorado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ele que patrocinou isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Izalci, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Para concluir, esse Circulando — Teatro para Escolas Públicas era feito nas escolas ou em determinado lugar, e as escolas o visitavam?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso. Esse projeto era o teatro itinerante feito com tenda. O patrocinador dele foi a Ultragaz, o.k.? Ele percorreu 14 capitais. À peça feita aqui em São Paulo eu fui assistir.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Há também um projeto, não sei se é esse, de teatro à beira da estrada. Você conhece esse?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eu já ouvi falar desse projeto. Mas ele não é da fase em que eu trabalhei no Bellini, não — ele é anterior.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só para finalizar, de todas essas questões que foram levantadas, você teria como nos dizer, de forma bem objetiva, que tipo de irregularidades, ou seja, que acordos lícitos e ilícitos havia nessas operações? Trabalhando no Bellini, você pode nos dizer que tipo de coisas ilícitas eram cometidas?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Com relação a acordos entre patrocinadores e o Bellini, eu não tenho realmente informações, como eu já disse, por não ter participado.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só ouviu falar?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso era muito fechado. Se eles faziam acordo com os patrocinadores, disso nem ouvi falar, porque eles faziam muito fechado mesmo — era entre eles apenas. Não saíram comentários nesse sentido.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você fazia prestação de contas também desses projetos? Você fazia prestação de contas?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, só dos que eu estava envolvida.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Só dos três?



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso, só dos que eu estava envolvida.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E aí é que constatou: só teve o superfaturamento que você observou. Não teve mais nenhuma irregularidade?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - É, e aquela questão das notas que eu mencionei, que eu via uma irregularidade ou outra nas notas e devolvia. O Bellini tinha um departamento dentro da empresa para fazer prestação de contas. Ele tinha funcionários.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essas notas aqui que você mencionou eram aquelas que tinham sequência? Era como se só prestasse serviço para emissão de notas? Você observou isso?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, são empresas que funcionam, que existem realmente. Eu não sei que relacionamento a Bellini tem com eles, porque aí, de repente, o valor estava acima ou então vinha com um serviço que eles não tinham no contrato social, que eles não poderiam emitir nota, entendeu? Então aí eu devolvia a nota.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Devolvia a nota?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Continuando, eu gostaria de conceder a palavra ao Deputado Chico d'Angelo.

Eu só quero lembrar aos Parlamentares que nós temos um segundo depoente, que está ali.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele estava fora, mas, como ela não o conhece, eles não se conhecem, eu pedi para trazê-lo. Mas agora já está na fase final do depoimento dela, e ele não o ouviu. Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Com a palavra o Deputado Chico d'Angelo.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Esta é a minha pergunta à Sra. Katia dos Santos. Ela entrou em contato com o Grupo Bellini em 2014, segundo relato do termo de inquirição, quando foi contratada na qualidade de auxiliar administrativa e financeira. Esse contato com o Grupo Bellini se deu de que maneira? Como você fez esse contato com o Grupo Bellini? Nós sabemos que esse



grupo, segundo relato da própria Polícia Federal e do Ministério Público, ele desde 2001 operava essas irregularidades — superfaturamento, sonegação, contratação de serviços e produtos fictícios. A *Folha de S.Paulo* fez uma grande matéria mostrando que o Grupo já tinha, desde 2001, essa prática de fraudes. A minha pergunta é: como a senhora teve o contato com o Grupo Bellini?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Na realidade, eu tive contato com o Bellini através de uma amiga que o conhecia. Ela já conhecia o Bellini há bastante tempo. Como eu estava saindo da empresa em que eu trabalhava, ela me indicou. Disse que ele tinha uma vaga de trabalho lá e me indicou. Ela não trabalha com o Bellini, parece-me que ela é amiga pessoal só, só conhece há bastante tempo.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Quando a senhora foi contratada, desconhecia essa prática? Já havia tido alguma informação de alguma... Porque, desde 2011, havia a denúncia, que veio à tona em 2014. A Ministra Ana de Hollanda, em 2011 — e isso foi fruto de denúncia, denúncia anônima —, encaminhou ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. Quando a senhora foi contratada não sabia que já estavam em curso investigações com relação ao Grupo Bellini?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Não, não sabia.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Chico d'Angelo.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, como disse o Deputado Chico d'Angelo, essa operação ou essas investigações foram iniciadas em 2011. Foi durante a gestão da Ministra Ana de Hollanda, que já depôs aqui nesta CPI e prestou uma série de esclarecimentos nesse sentido. Nós temos a estimativa de uma fraude por volta de 180 milhões, em esfera federal, por meio de notas frias, superfaturamento, sonegação e contratação de serviços e produtos fictícios — isso, apenas na Bellini. E a Bellini operava com várias empresas, como também aqui já foi dito. O Grupo é formado por volta de doze empresas. Mas o Grupo não trabalhava, pelas investigações do Ministério Público e da Polícia Federal, apenas no Ministério da Cultura. O Grupo também tinha sua frente de atuação na Secretaria de Cultura



do Estado de São Paulo. A Secretaria do Estado de São Paulo também foi vítima desse grupo de atuação, mas me parece que as providências não tiveram a mesma celeridade. A Ministra Ana de Hollanda, tão logo recebeu a denúncia, de forma preventiva, inabilitou a Bellini, para que pudesse ser feito um processo de investigação e encaminhou inclusive à CGU para que pudesse ser feito um trabalho em conjunto, além do trabalho feito pelo Ministério Público. A própria Polícia Federal disse que esse esquema existe — eu não digo necessariamente com a Bellini — desde 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso; desde 2001, havia esquema semelhante. E é óbvio que não tinha como se fazer uma apuração de contas ou uma apuração das prestações de contas na medida em que havia um acúmulo muito grande, uma demanda reprimida muito grande para que se pudesse analisar as prestações de contas. E nesse sentido é que o TCU, em 2011, determinou que houvesse um plano de ação em 180 dias para poder passar a limpo essas prestações de contas. Isso levou, inclusive, a uma série de reestruturações. Foram criadas seis gerências do passivo de prestação de contas no Ministério da Cultura — MinC, e cinco delas apenas para discutir o passivo ou para investigar o passivo da Lei Rouanet. Tínhamos 12 mil projetos; à época, o passivo era de 12 mil projetos de incentivo fiscal e 3 mil convênios. Então, vejam, no momento em que essas suspeitas e essas denúncias chegaram ao MinC, de forma imediata, houve a inabilitação preventiva da empresa, a inabilitação por parte da então Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, que já depôs inclusive nesta CPI. E, em seguida, encaminhou-se para a própria CGU. Além disso, o TCU também participou desse processo para dar vazão a uma demanda reprimida porque essa fraude só foi possível existir durante todo esse tempo — diz a Polícia Federal que desde 2001 se detectam fraudes semelhantes com relação à Lei Rouanet — porque havia um passivo acumulado de prestações de contas para ser analisado, e foi dado vazão a isto como uma das medidas acordadas com o TCU. Mas o que me causa estranheza é que havia esquema como esse, semelhante a esse, inclusive com a mesma Bellini, denunciado em 2011 pelo Ministério Público, como aqui foi dito, um esquema que não sei se envolvia a própria Bellini, mas que existia desde 2001, com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Lá havia processos de fraudes semelhantes, ou seja, denúncias também semelhantes da atuação do mesmo Grupo



com essa Prefeitura. Eu estou com uma matéria aqui de 2016 — salvo engano, porque as coisas estão muito estranhas ultimamente, 2016 é este ano! — que diz que, na Prefeitura, o Secretário Adjunto da Cultura relatou que está ainda apurando eventuais irregularidades das firmas, das empresas ligadas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Desculpe-me, Governo do Estado! Minto, é Governo do Estado! Vou repetir: o Secretário Adjunto da Cultura, José Roberto Sadek, em uma matéria do dia 7 de julho de 2016, às 21h04min, diz que eventuais irregularidades envolvendo a Bellini, na esfera estadual, ainda estão sendo apuradas. Então, a minha pergunta, Sr. Presidente, vem no seguinte sentido. Esse mesmo esquema existia no Estado de São Paulo — inclusive, vou fazer um requerimento para trazer aqui e prestar depoimento o Secretário de Cultura, a fim de sabermos que providências foram tomadas. O esquema foi apontado em 2011. Imediatamente, a Ministra interdita, inabilita a empresa preventivamente, e encaminha para a CGU, a fim de apurar o esquema que, segundo a Polícia Federal, existia desde 2001. Estima-se que essa Bellini inegavelmente, com 12 empresas, só na esfera federal provocou um rombo de 180 milhões de reais. E, em 2016, o Secretário Adjunto do Estado de São Paulo — eu repito, do Estado de São Paulo — disse que iria começar um processo de apuração. A minha pergunta para a depoente é se ela conhecia esse esquema envolvendo a Bellini — já que ela prestava serviço à Bellini — também na Secretaria de Estado do Governo de São Paulo — e a Secretaria do Governo do Estado de São Paulo também tem que prestar os seus esclarecimentos, porque também foi vítima do que foi determinado como Operação Boca Livre. A senhora tinha conhecimento de que esse esquema também existia em fundos de incentivos à cultura do Governo do Estado de São Paulo, envolvendo a Bellini, para qual a senhora trabalhava, como aqui já foi dito?

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Eu tenho conhecimento de que a Bellini tinha projetos de ProAC, mas eu efetivamente não trabalhei nem acompanhei nenhum deles. Mas eles tinham, sim, também projetos de ProAC.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Explique isso, para que todos possam saber do que se trata.



A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - O ProAC são os projetos propostos na Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Do Estado de São Paulo, que está começando a investigação sobre o Grupo Bellini neste momento, no ano de 2016.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Presidente, pela ordem, só para esclarecer algo porque, às vezes, as pessoas falam e quem está nos ouvindo ou assistindo acabam se enganando. Só vou dar um dado importante: nesse período que a Bellini atuou no mercado, foram 174 projetos. Dos 174 projetos, 163 foi no período de 2 de janeiro de 2003 a 11 de dezembro de 2015. Só queria esclarecer esse número, para as coisas não ficarem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está o.k. Sabemos que a data...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pode concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu estou apenas dizendo que a Operação Boca Livre chega à empresa, a essa Bellini, que são 12 empresas. Ela continuava, mesmo inabilitada; inventava novas empresas para continuar apurando. Houve um incentivo do Ministério da Cultura para se verificar isso, segundo a Polícia Federal. Não sou eu que estou dizendo, nem tenho autoridade para isso. Estou apenas dizendo que a Polícia Federal relatou que esse esquema existia desde 2001, detectado. Pode ser que existisse antes, inclusive, mas foi detectado em 2001, não necessariamente com essa Bellini. Mas essa empresa também atuava com esquema semelhante, segundo a Polícia Federal, e segundo, Sr. Presidente, o Ministério Público, que disse o seguinte: *“As produtoras ligadas ao grupo adotavam a mesma forma de fraudar a Rouanet em seus projetos no PROAC”* — V.Sa. aqui atesta que havia realmente acordos ou convênios com o PROAC —, *“de acordo com a Procuradora da República à frente da investigação, Karen Kahn”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem, Deputada.



Feitos os esclarecimentos, eu acho que o Deputado Chico está satisfeito.

Então, eu agradeço à senhora a sua presença aqui. Que fique muito claro que a senhora foi convocada porque estávamos fazendo os convites e as pessoas não estavam comparecendo. Esse vai ser o nosso comportamento na CPI. Quem comparecer de forma espontânea, sem problemas, não vamos ter a necessidade de fazer convocação. Mas eu agradeço à senhora a presença.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma última indagação.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Deputado, só para esclarecer uma coisa. Sei que o chamado veio por meio de uma convocação, mas eu viria prestar os esclarecimentos mesmo sem convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós agradecemos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A minha pergunta é justamente porque eu estou percebendo de sua parte a disposição de colaborar. E isso é muito importante, porque, como a senhora acabou envolvida em todo esse processo, tendo sido de certa forma recrutada pelo Bellini e por participar de uma instituição que captou recursos, como também tendo sido prestadora de serviços, obviamente, a investigação continuará até a apuração final, e nós aqui também teremos que fazê-lo. Eu queria saber de V.Sa. se foi feita, pela Polícia Federal, que está responsável pelo inquérito, e pelo Ministério Público — e nós, agora, passamos a ser responsáveis também —, alguma investigação. E ela pode fazê-lo em juízo ou pode solicitar a V.Sa., se foi feita alguma requisição a V.Sa. ou se foi feita em juízo, a quebra do sigilo bancário para verificar a sua movimentação financeira. E aí concludo a minha pergunta com o seguinte: se isso foi feito, esse sigilo já está disponível? E se não estiver, você estaria disposta, num processo de colaboração, a disponibilizar a sua movimentação financeira, desse período que atuou com a Bellini, para o nosso conhecimento? Que V.Sa. apresente a disponibilização financeira feita no seu CPF, para que nós possamos ter com clareza o que você recebeu — como foi dito aqui, algo em torno de 50 mil reais. Você não fica obrigada, é óbvio — sua advogada está aí ao seu lado —, embora você esteja aqui sob juramento, a concordar em disponibilizar, até porque nós temos a prerrogativa de requerer, mas se houver a possibilidade de disponibilizar, de colocar o seu sigilo bancário, a sua



movimentação financeira à disposição, obviamente, ela será mantida em sigilo. Esta CPI tem o dever de manter em sigilo dados de natureza financeira que possa vir a receber, seja voluntariamente por V.Sa., seja por efeito de requisição nos termos da lei. Então, eu lhe pergunto: você poderia disponibilizar essa movimentação no seu CPF?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra a Sra. Katia.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - Sim, não teria problema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, eu vou solicitar de pronto que V.Sa. possa depois nos fornecer. E será mantida em sigilo a movimentação, feita do período em que V.Sa. entrou até mais recentemente, no seu CPF, ela será mantida em estrito sigilo, e dessa empresa cuja sua função é de tesoureira.

A SRA. KATIA DOS SANTOS PIAUY - O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado. Então, eu agradeço. A senhora quer dizer mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Então, agradecemos a sua presença. Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu queria chamar já o Arlício.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu sei, e é sobre isso, Sr. Presidente. Para os próximos depoimentos, quando versar sobre o mesmo fato ou o mesmo processo de investigação, que um depoente não possa ouvir o outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. tem toda a razão. Nós fizemos isso, mas é que eu achei que... V.Exa. tem razão, não será permitido dessa forma.

Eu agradeço à Sra. Katia.

Convido também para se sentar à Mesa o Sr. Arlício.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente o termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Portanto, eu vou passar a palavra ao Sr. Arlício Oliveira dos Santos, que era Coordenador de Acompanhamento de Convênios e Outros Instrumentos do Ministério da Cultura.

Vou passar a palavra ao senhor, por 20 minutos. Se o senhor achar preferível ser indagado... Mas fica à disposição do senhor o tempo de 20 minutos, podendo ser prorrogado.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu queria cumprimentar o Relator, os Deputados e Deputadas, os colegas do Ministério da Cultura, os senhores e senhoras aqui presentes. Eu queria iniciar, Sr. Presidente, porque eu trouxe um..., só para poder ajudar nos esclarecimentos, e entreguei ao rapaz e ele copiou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Alguém está com o *pen drive*?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Ele já colocou lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quando estiver em condições, pode começar. (*Pausa.*)

Vamos zerar o tempo, por favor. (*Pausa.*)

(*Segue-se exibição de imagens.*)

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - É só para esclarecer para vocês um pouco do meu histórico funcional dentro do serviço público, para ver se ajuda mais um pouco, e tentar mostrar para vocês o que eu faço dentro do Ministério da Cultura. No meu histórico funcional, eu ingressei no serviço público em 1980. Quando eu comecei a trabalhar que eu entrei para o serviço público. Inicialmente, eu fui para a SUDECO — Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que foi extinta. Aí fui transferido para o Ministério do Interior, depois, Ministério do Bem-Estar Social e, em seguida, Ministério da Ação Social. Por coincidência, todos esses Ministérios foram extintos. Nisso eu atuei por 14 anos. No ano de 1994, eu fui transferido para o Ministério da Cultura. Especificamente, chegando lá, eu comecei a desenvolver atividades referentes a convênios, porque dentro do gabinete da Secretaria-Executiva, onde eu trabalhava, estava se iniciando o Fundo Nacional da



Cultura, que era exclusivamente para tratar de convênios. E nisso eu permaneci, onde atuo até hoje. Na minha trajetória como servidor público, eu sempre me destaquei pelo zelo, comprometimento, prestatividade, tanto com os colegas de trabalho, quanto com a sociedade. Isso quer dizer que, eu estando à frente dessas coordenações e trabalhando nesse trabalho, eu sempre atendi a todo o mundo, sempre por telefone, presencialmente, sempre procurando fazer o trabalho que me é devido, que é o de servidor público: servir. Isso eu fiz com muita presteza por toda a minha vida. Dentre as atribuições desenvolvidas nas minhas funções, destacava-se o atendimento presencial, por meio de telefone ou *e-mail*. Sempre desenvolvi essas atividades de forma proativa e cordial, sem exercer seletividade no atendimento que eu fazia. E, nessa época, eu não era Coordenador, eu era Chefe de Divisão ou de Acompanhamento, só isso. Na planilha seguinte, eu queria mostrar para vocês que eu entrei no serviço público como Agente Administrativo, o que sou até hoje. E tive as funções de Chefe de Serviço, Chefe de Divisão e, atualmente, desde 2010, eu atuo como Coordenador de Acompanhamento de Convênios. Às vezes eu substituí o meu Coordenador-Geral, como substituto dele, mas foi simplesmente em duas ocasiões, em período de férias de 15 dias cada um. Atualmente, eu estou lotado na SEFIC. A SEFIC tem dois mecanismos básicos de que ela trata: o incentivo fiscal e o Fundo Nacional da Cultura, que trata de convênios, que é operacionalizado por meio do SICONV, que é a ferramenta com que eu trabalho. Eu tenho perfil para trabalhar no SICONV. Eu não tenho perfil para fazer nada no SALIC, que trata de projetos incentivados. A única coisa que eu tenho do SALIC é um perfil que até os prestadores de serviço têm, que é para você ver a localização de projetos e verificar o andamento de projetos. Eu gostaria também de destacar que, nesse período que eu estou trabalhando com convênio, eu já fiz a análise de mais ou menos uns dois mil projetos de convênio. É sempre convênio. Eu nunca trabalhei com incentivo. No meu trabalho especificamente com convênio, eu tenho perfil de acesso apenas no SICONV, que seria consultar informações, prorrogar prazos, alterar plano de trabalho, avaliar física e financeiramente projetos em fase de execução. E eu destaco novamente: o meu perfil só permite que eu faça qualquer tipo de ação de alterar, analisar projetos, só no SICONV. No projeto da Lei Rouanet, que é o incentivo, eu não tenho esse perfil. Eu não consigo alterar, mudar propostas de



projeto, fazer qualquer tipo de alteração em projetos de incentivo. Eu não consigo. Eu só consigo ver a localização dele, porque, no computador que fica em cima da minha mesa, toda a vez que eu acesso, lá está a informação. Se a pessoa tem um PRONAC, eu consigo visualizar a situação daquele projeto no momento. As atividades desenvolvidas por mim na Coordenação de Convênios hoje, via SICONV, são: monitoramento da vigência, prorrogação de prazos, alteração do plano de trabalho, avaliação física e financeira, e também presto atendimento presencial e à distância, telefone, *e-mail*, e também promovo a orientação — quando um conveniente liga, ele quer saber a situação, e eu oriento ele —, e também nós promovemos *vistoria in loco* dos projetos que se encontram em execução dentro da Secretaria, que são hoje numa faixa de 140 projetos de convênios no momento em execução. Eu acho que, para ajudar um pouco no que está acontecendo, pelo menos com referência a mim, de ter sido citado, porque eu atendo o telefone, presto informações e sou cortês com todo mundo, eu gostaria de lembrar aqui ou informar que o canal de atendimento do Ministério, até 2011, ele era, assim, muito precário. Os técnicos faziam avaliações dos projetos, colocavam lá as suas demandas no sistema. Quando chegava o ofício para a pessoa que ia atender lá na ponta, e ele dava a resposta, esse documento chegava ao Ministério, mas ele levava de 15 a 20 dias para chegar às mãos do técnico. Por isso eu vejo essa loucura das pessoas que têm projetos lá de ficarem ligando, querendo saber como é que está o projeto, porque ele já atendeu à demanda, porém ela não foi atualizada no sistema. Depois do ano de 2011, o Ministério reestruturou esse atendimento, onde ele extinguiu aquela central de atendimento que ele tinha lá e começou a fazer atendimentos simples, que era por meio de pessoal terceirizado. Quando ele tinha um... Dependendo da situação de dificuldade, do grau de dificuldade que era a análise, aí sim, era direcionado para um técnico da área ou então para servidores, chefes de serviço ou coordenações que eram responsáveis por esse convênio. Eu queria dizer para vocês aqui que eu, exclusivamente, eu só trabalho com convênios, eu nunca trabalhei com essa ferramenta SALIC.

Eu sei que ela existe dentro do Ministério porque é uma ferramenta...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - SalicWeb é o nome de onde você acessa, identifica o número do PRONAC, do projeto, e ele te dá a informação, o histórico de como está a situação do projeto naquele momento: pode ser convênio ou projeto incentivado. E, às vezes, a pessoa ligava e eu atendia o telefone. Como eu trabalho diretamente com o público, eu tenho que ligar, eu tenho que me envolver diretamente com isso e eu ligo para muita gente. Muita gente retorna e fala: *“Olha, essa é a quarta ou quinta ligação que eu estou fazendo no Ministério e eu ainda não consegui uma informação.”* Aí eu falo: *“Então, você poderia me informar o seu PRONAC?”* Ele me dá, eu acesso o sistema e falo: *“Olha, o seu projeto não é comigo, eu trabalho com convênio. É incentivo.”* *“Mas eu queria saber, pelo menos, a informação de como ele está.”* *“Olha, a situação dele no momento é essa.”* *“Ah, mas isso eu já sei.”* *“Então, eu não posso fazer nada, porque tem uma área fim que atualiza, que recebe documentos e altera. O que eu posso te falar no momento é o que está no sistema.”* E isso está aberto, através do Ministério da Cultura, por meio de três canais. Qualquer pessoa, no Brasil, que quiser fazer uma consulta sobre projeto de convênio, a situação no momento ou de SALIC, é só ele acessar SalicWeb, SalicNet, e pela Internet também tem sistema de cultura.gov/comparar, que também a pessoa pode acessar lá. Mas a maioria das pessoas que tem projetos com o Ministério da Cultura, elas têm dificuldade de acessar essas ferramentas e de navegar lá dentro para saber como é que está a situação do projeto. Então, como os nossos e-mails e telefones estão lá à vontade na página do Ministério da Cultura, eles ligam, pegam o primeiro que tiver e vão ligando. E é assim que funciona no momento dentro do Ministério com relação a essas informações, tá? Mas eu queria só deixar bem claro para os senhores que eu trabalho com convênio. Eu não tenho perfil, nunca tive. Vocês podem verificar dentro do Ministério da Cultura. Eu nunca tive perfil para manusear projetos incentivados, só convênios, e de 2008 para cá, através do SICONV.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Sr. Arlício. Vou conceder a palavra ao Relator. Deputado, V.Exa. tem 30 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Arlício, quero iniciar lhe indagando de forma objetiva. V.Sa. mesmo mencionou que você foi citado, não é?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu tenho aqui alguns dados nesse sentido, mas eu gostaria de inicialmente lhe perguntar se V.Sa. foi convocado ou convidado a depor no inquérito que está em andamento da Polícia Federal e do Ministério Público. V.Sa. já fez algum depoimento, foi solicitada a V.Sa. alguma informação?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Até o presente momento não?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - A única coisa por que respondo é um PAD interno, dentro do Ministério.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim, mas nesse processo da Operação Boca Livre, V.Sa. não foi convocado a prestar nenhum esclarecimento até o presente momento?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Portanto, aqui nesta CPI seria a primeira oportunidade. Ótimo. Então, eu vou iniciar — é claro que um currículo com tantos anos de serviço prestados ao setor público pressupõe méritos e, portanto, as minhas perguntas não colocam em dúvida esses méritos por V.Sa. ser um servidor já com tantos anos de carreira, inclusive ocupando cargo de chefia por tanto tempo no Ministério da Cultura. Mas é meu dever e eu acho que é uma oportunidade para V.Sa. também nos ajudar a entender alguns dados, até porque hoje mesmo já foram mencionadas aqui algumas coisas e, pelo menos, os dados que eu possuo não correspondem ao que uma colega Deputada mencionou. Eu me refiro à denúncia que ocorreu em maio de 2011. Em maio de 2011, houve uma denúncia do Ministério Público de São Paulo, que alegou ter recebido denúncia anônima, mas aquela denúncia citava, já naquela ocasião, em maio de 2011, que o Sr. Antônio Carlos Bellini Amorim e suas empresas operavam de forma criminosa dentro do Ministério da Cultura, citando, inclusive, como isso ocorria, falando de superfaturamento, de direcionamento de que as notas apresentadas eram notas frias, de que havia superfaturamento, que havia o mesmo projeto sendo apresentado por mais de uma proposta, que, para esses projetos apresentados, a captação era indevida, de forma também com a cooperação criminosa até mesmo dos patrocinadores. Isso tudo foi citado lá em 2011. E, nessa ocasião, foi citado também que o senhor, Sr. Arlício



Oliveira dos Santos, servidor do Ministério, mas lotado, creio que, naquela época, na Coordenação Geral, que é o que está mencionado aqui...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Na SEFIC, na Coordenação de Incentivo e Fomento à Cultura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...teria um papel de facilitador. Eu soube também que foi instaurado esse processo e que ainda em 2011 concluiu-se que não havia da parte de V.Sa. esse envolvimento. Não havia indícios ou fundamentos que justificassem a manutenção do processo que se abrisse contra V.Sa. O que me intrigou e que eu quero pedir a sua colaboração, para me ajudar a entender...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...é que, ao contrário do que foi dito aqui, de que em 2011 foi feita a denúncia e que se tomou imediatamente providência, o que eu verifiquei é que arquivou-se. Em 2011, arquivou-se. As providências foram tomadas já por outra Ministra. Não foi a Ministra Ana de Hollanda, foi a Ministra Marta Suplicy. Lá em dezembro de 2013, ela efetivamente, confirmando indícios de fraude, mandou para a Procuradoria-Geral da República, para a Controladoria-Geral da República, para S.Exa. o Sr. Ministro Jorge Hage, os dados que sustentavam de fato haver fraude, e a Controladoria, de maneira adequada, no final de 2013, encaminha para o Ministério Público e para a Polícia Federal, e a Polícia Federal deflagra a Operação Boca Livre. Pois bem, volto lá em 2011. V.Sa. foi objeto de uma investigação e, portanto, eu agora quero a sua colaboração aqui como um depoente que venha colaborar, como eu já soube, inclusive antes da sua convocação — foi mencionado aqui acho que até pela própria Ministra —, da sua disposição de colaborar.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria de pedir que V.Sa. nos ajude a entender o seguinte: o Ministério Público, em 2011, em maio, apresenta uma denúncia citando a empresa, citando as fraudes, fraudes estas que hoje são absolutamente evidentes que ocorreram mesmo, e não ocorreram depois, por acaso. Elas já vinham ocorrendo há vários anos, estavam ocorrendo em 2011, mas em 2011 o Ministério arquiva isso. Há uma argumentação de que inabilitou algumas



das suas empresas. Ora, se inabilitou algumas das suas empresas, não foi por perseguição — isso o Ministério não faz —, foi porque identificou que tinha problema. Por que simplesmente inabilitou algumas das suas empresas lá em 2011? Não inabilitou todas e continuou havendo desvio em 2012, em 2013, em 2014. Em maio de 2011, houve uma denúncia formal, por escrito. A Ministra era a Sra. Ana de Hollanda. Com relação a V.Sa., houve um processo e o processo identificou que V.Sa. não tinha problema, não é?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas o objeto da denúncia não se limitava a V.Sa. Quem denunciou entendia que era o facilitador, mas ele denunciou o crime. Disse que era o Grupo Bellini. Citou o Grupo Bellini. Isso foi arquivado. V.Sa. se lembra disso? Por que se arquivou isso lá em 2011? V.Sa. tinha uma experiência de tantos anos lá dentro. Esse grupo estava fraudando de maneira tão sistemática. Foram centenas de processos com fraudes. Já havia uma denúncia. Inclusive, tinham sido inabilitadas algumas empresas dele. Aí ele foi buscar parceiros, como essa senhora que saiu daqui, e continuou fraudando o Ministério. Houve, de fato, uma ação eficaz para investigar essa denúncia de 2011 ou houve negligência ao se arquivarem esses documentos, não investigá-los e considerar que não havia nada? Aliás, aqui está dito assim: “*A consultoria jurídica entendeu possível o arquivamento do feito sem maior aprofundamento investigatório*”. Está aqui num documento do Ministério da Cultura. V.Sa. se lembra desse fato? Por que se arquivou a acusação contra Bellini e suas empresas àquela época?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Olha, eu posso responder para o senhor com relação à minha pessoa, ao que foi feito comigo no momento em que chegou a denúncia ao Ministério. Naquela época — eu me lembro bem —, eu estava lá na minha mesa, o meu coordenador-geral me ligou e me chamou: “*Aconteceu isso. Eu queria que você viesse aqui conversar comigo*”. Imediatamente, ele já me chamou e me levou ao gabinete do Secretário. Tendo em vista o ocorrido, com a folha que eu tenho e o tempo que eu trabalho — eu já tinha atendido lá 17 Secretários —, ele falou assim: “*Arlício, temos que ver como foi que ocorreu isso aqui e tentar ajudá-lo. Como é que a gente vai fazer?*” Eu lembro bem que eu fui informado de que eles consultaram a jurídica do Ministério e foram orientados, na



época, sobre como proceder à minha defesa, que foi a elaboração de uma nota técnica, feita à época e encaminhada para São Paulo, com relação à minha atuação. Depois de muito tempo, eu soube que eles fizeram uma consulta e que o caso tinha sido arquivado. Agora, com relação aos trabalhos, ao que descobriram sobre o Bellini ter esses projetos lá assim, o que eu lembro bem é que foram imediatamente bloqueados os projetos e começaram a investigar isso dentro do próprio Ministério. Agora, se o senhor me perguntar quais foram os canais e como foi feito, eu não posso lhe dizer, porque não tem...

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Sr. Arlício, Sr. Relator, tem um equívoco na afirmação. Eu queria que o depoente esclarecesse. Não houve arquivamento por parte do Ministério. Pelo contrário, houve arquivamento foi no processo contra ele...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim, contra mim. Eu estou falando especificamente sobre mim.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Em função de todo o histórico, não fazendo causa e efeito em relação à trajetória dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está esclarecido.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Eu acho que o Relator se equivocou nisso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu agradeço a sua intervenção. É sempre muito construtivo que a gente debata. Mas eu tenho aqui em mão um ofício que foi dirigido ao Ministro Jorge Hage. Além de estar textualmente dito aqui, ainda que se tenha dito para arquivar o processo dele, o que está absolutamente claro... Eu até vou pedir a sua contribuição e a da Deputada Erika, porque ela afirmou que a Ministra Ana de Hollanda tomou as providências. Eu gostaria que essas providências que foram tomadas em 2011 fossem elucidadas aqui para nós, nesta CPI. Eu terei o maior prazer de elencá-las no relatório. O que se diz aqui é tão somente que foram inabilitadas algumas empresas do Sr. Bellini, mas não deu conta de informar — obviamente, se você inabilita alguém, é porque cometeu ilícito — quais foram as providências objetivas contra essas empresas do Sr. Bellini. O que se fez para ressarcir, para recuperar o dinheiro público? O que se fez efetivamente? Se as empresas de um Sr. Bellini estão envolvidas com o crime, por que as outras



não estão? Por que só algumas? Então, essas explicações não foram devidamente dadas — eu acho — no momento oportuno. Mas eu quero voltar à interrogação do Sr. Arlício...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou fazendo a minha interrogação. Portanto, V.Exa. terá a oportunidade de fazer as suas indagações no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Em seguida, V.Exa. terá a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Relator está com a palavra. Depois V.Exa. fala.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou trabalhando em cima de dados, com a clareza absoluta.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu também trabalho com a clareza de dados, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, no momento oportuno, V.Exa. usa a palavra. Está o.k.?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Portanto, em 2011, arquivou-se com relação a V.Sa. Sr. Arlício, eu estou fazendo questão de rememorar isso, primeiro, em respeito a V.Sa. Eu acho que é preciso separar o joio do trigo. Eu tenho usado muito essa expressão aqui. Nós precisamos identificar os bandidos, os criminosos. Nós vamos contar com a colaboração daqueles que, efetivamente, são pessoas de bem. Eu parto do princípio de que V.Sa. o seja. V.Sa. me disse — eu gostaria só de recapitular o nome — que, tão logo chegou o comunicado, devido à sua história, V.Sa. foi conduzido ao gabinete do Secretário, que disse: *“Precisamos ver como fazer para ajudá-lo”*. Então, elaborou-se um parecer técnico. Qual é o nome desse Secretário?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Na época, foi o Sr. Henilton.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Senhor?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Henilton.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Henilton?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Henilton? Portanto, havia uma acusação de que V.Sa. tomou conhecimento. O Sr. Henilton, conhecendo-o, sensibilizado, disse: *“Vamos ver como podemos ajudá-lo”*. Foi isso?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Para dar uma resposta ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E a resposta foi elaborada pela área jurídica do Ministério?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Com a orientação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com a orientação.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Que eu saiba, na época, foi isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi isso o que ocorreu? V.Sa. se lembra de mais algum tipo de investigação, de depoimento, de análise?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Limitou-se a isso?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Só a isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, foi isso o que foi feito no Ministério. Havia uma acusação contra V.Sa., que tem um histórico muito bom. O Secretário o chamou e disse: *“Vamos verificar como fazer para que a gente possa dar uma resposta ao Ministério Público”*. Agora, com relação às empresas Bellini, V.Sa. se lembra de alguma providência, naquele momento, de alguma ação para apurar: *“Olha, então, vamos fazer uma triagem e ver quais são as empresas em que o CPF desse cidadão está presente, quais as empresas ou instituições que estão associadas a ele”*? Isso foi feito?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu não lembro, não, senhor. Dessa forma, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não se lembra. O senhor conhece o Sr. Bellini? Já o viu alguma vez?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Já o vi duas vezes no gabinete do Secretário, no Ministério, aonde ele tinha ido despachar — despachar, não; em uma audiência, como falam.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No gabinete do Secretário Henilton?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim. Na época, foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Do Secretário Henilton? *(Pausa.)* Mas V.Sa. lembra qual era a razão por que ele estava lá no gabinete do Secretário Henilton?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. Eu o conheci porque eu também despachava com o Secretário os convênios.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - E, na época, eu lembro que, quando eu cheguei ao gabinete...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pelo menos por duas vezes, V.Sa. o viu lá?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim. Eu cheguei para despachar, me apresentei para a secretária dele, e ela me pediu assim: *“Arlício, você poderia segurar mais um tempo aí? Tem uma pessoa na sua frente”*. Aí o Sr. Bellini, quando ouviu o meu nome, veio me cumprimentar, porque as informações — eu não nego — eram que eu dava informações referentes aos projetos dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - E eu não nego isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É natural. É sua função.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - É minha função. Então, ele me agradeceu. Falou: *“Olha, eu queria te agradecer por você ter prestado serviço. A minha secretária, de vez em quando, te liga...”*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Parece que eu entendi aqui também que a sua função implicava acompanhar esses projetos durante a fase de execução.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, convênios. Especificamente convênios.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Você não estaria nem responsável pela aprovação nem pela prestação de contas? No decorrer, qual é a sua função?



O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. Eu sou Coordenador de Convênios.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - O projeto de incentivo é diferenciado. O projeto de incentivo é aquele que capta. O convênio é aquele que são emendas, que são recursos da...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, o projeto de incentivo não tem uma relação direta com você?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nenhum projeto de incentivo?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Nenhum de incentivo. Eu não tenho ação nenhuma nesses projetos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Só na área dos convênios?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Só na área dos convênios, que é tratada através do SICONV.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Portanto, durante todo esse tempo em que você esteve no Ministério, você nunca trabalhou com projeto de incentivo da Lei Rouanet?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, eu acredito até que isso limita muito o tipo de contribuição. Mas eu perguntaria, dado o tamanho da fragilidade que hoje está evidente: a gente percebe que há consenso, embora aqui seja um ambiente pluripartidário. No ambiente democrático, são absolutamente naturais as divergências de princípios e de posicionamentos, mas há um consenso de que são extremamente frágeis os mecanismos de controle. Em razão disso, evidenciou-se uma prática tão sistemática por parte de um grupo, lesando o Erário público e fraudando a Lei Rouanet. V.Sa. teria alguma sugestão a dar, alguma contribuição, algo que V.Sa. tenha conhecimento lá dentro do Ministério, que chame a atenção: *“Olha, isso é errado. Isso não deveria ser assim. Isso poderia ser aprimorado?”*



O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, eu poderia contribuir na minha área: convênio, que é a ferramenta SICONV. Mas isso eu deixo para os gestores do Ministério e os senhores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Fora do Ministério, além dessas duas vezes, em algum momento, em algum evento, em algum tipo de reunião, o senhor esteve com o Sr. Bellini e com as pessoas ligadas ao grupo dele?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Também não?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim. Então, eu me limito a isso. Eu só reitero: na ocasião em que houve a denúncia, em 2011, V.Sa. apenas foi comunicado da denúncia, e o Ministério, através do Secretário, buscou um parecer jurídico para responder ao Ministério Público?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Isso. É porque, dentro da SEFIC, sempre existiram essas duas áreas: a de incentivo e a de convênio. Eu era o coordenador na época. Como se tratava de uma denúncia dizendo que eu era o facilitador, o meu coordenador ficou assustado com aquilo. Imediatamente, ele me chamou e falou: *“Você tem participação nisso, em alguma coisa?”* E eu falei: *“De jeito nenhum”*. Aí ele falou: *“Então, eu vou conversar com o Secretário, vou levar ao conhecimento dele, para ver o que a gente vai fazer”*. Foi isso o que aconteceu na época.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E, sobre o que foi feito ou não com as empresas Bellini, V.Sa. também não tem conhecimento?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. Eu não tenho notícia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, são só essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Sr. Relator. Concedo a palavra ao autor, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Presidente, primeiro, eu quero deixar mais clara essa questão do Grupo Bellini. Como eu disse anteriormente, foram 174 projetos — 163 foram no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2015. Mas vamos falar também em termos de valores. O Grupo Bellini conseguiu captar



94.764.303,41 reais em 598 transferências financeiras. Foram 598 transferências. Desse total, 92.568.049,64 reais foram captados de 13 de março de 2003 a 30 de dezembro de 2015, com 579 transferências financeiras. Ou seja, praticamente 95% foram exatamente nesse período de 2003 para cá. Eu elenquei — acho que V.Sa. não estava aqui ainda — 50 irregularidades apontadas. Vou citar algumas: 5.577 casos de sócios de proponentes que também eram servidores do Ministério da Cultura; 1.009 casos de proponentes que eram servidores do Ministério da Cultura e que também tinham endereço similar; 4.794 casos de sócios de proponentes e de servidores do Ministério da Cultura que tinham o mesmo endereço também; mais de 30 mil com o mesmo telefone; 57 mil com o mesmo contador; e assim sucessivamente. Segundo o Portal da Transparência, V.Sa., como disse aqui, esteve na Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura em todo esse período, praticamente, em que o Grupo Bellini Cultural atuou no Ministério da Cultura. V.Sa. já disse algumas coisas, já respondeu algumas coisas que eu ia perguntar aqui. V.Sa. passou a exercer a função de Coordenador de Acompanhamento de Convênios e Outros Instrumentos a partir de que ano? Quais eram suas atribuições? V.Sa. já falou. Mas quem era, então — depois V.Sa. vai me responder —, o responsável por isso na Secretaria da Cultura, que cuidava dessa questão da análise da prestação de contas e dos incentivos? V.Sa. chegou a analisar a denúncia oferecida em 2011? Que medidas V.Sa. adotou? Eles comentaram, mas não ficou claro para mim: quando chegou a denúncia, quais foram as medidas que foram tomadas corretamente? Há divergência com relação a essa colocação. V.Sa., durante o período de tempo em que esteve na Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, percebeu a atuação de algum grupo de produtores culturais para locupletar, em função da fragilidade da lei, da prestação de contas da Lei Rouanet?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Izalci...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu vou passar a palavra para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu preferiria que ele fosse respondendo. É mais fácil.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tudo bem, se V.Exa. me der o tempo. Eu tenho medo de não dar tempo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu acho que o Sr. Arlício está respondendo de forma breve.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ótimo. Então, está bom. Assim, bem objetiva, então, a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É mais rápido.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. passou a exercer a função de Coordenador de Convênios e Outros Instrumentos em qual ano? Se não foi V.Sa., como disse, quem é que cuidava disso lá no Ministério?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - De convênio?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não, de incentivo da Lei Rouanet.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Incentivos? São coordenações separadas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas quem tomava conta da prestação de contas? Quem acompanhava tudo isso que foi aqui inicialmente...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - É a SEFIC.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - SEFIC.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - É a SEFIC. Lá ela tinha os seus coordenadores e o seu chefe.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim. E quem era o coordenador, então, que cuidava disso, já que V.Sa. só cuidava de convênios?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Olha, do histórico que eu tenho, de lá para cá, são 16 Secretários. Agora, em que período que o senhor quer?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E esse SALIC, por exemplo? Desse período.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, o SALIC existe... Desde que eu entrei no Ministério da Cultura, ele já existia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, mas quem cuidava dessas questões do Grupo Bellini, que teve essas ocorrências todas que eu citei aqui?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Olha, era a coordenação. Tem uma coordenação específica de análise de prestação de contas.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quem é o coordenador disso? É isso o que eu estou dizendo.



O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu sei hoje.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Hoje, quem é? Não, nesse período da Bellini, de 2003 a 2011, ou do início, em 1998, até agora. Você tem os nomes?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, 98 não. De jeito nenhum. Além de não ser minha área...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Então, no período em que V.Sa. estava lá na SEFIC, quais eram realmente os responsáveis por isso? V.Sa. está aqui porque alguém disse que V.Sa. tinha conhecimento disso. Eu posso afirmar...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, eu tenho conhecimento do que se tratar de convênio. Agora, os dirigentes que foram anteriores...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Dessa área, você não conhece ninguém?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - De jeito nenhum. Não tenho nem como me manifestar para o senhor e te dar uma resposta que foi Fulano, Beltrano, porque eu não lembro.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Que cuidava disso...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - É, eu não tenho como te responder isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Está bom.

V.Sa. tem conhecimento da existência de vínculo entre servidores do Ministério da Cultura e grupos de produtores culturais? Como eu disse aqui, teve esses números todos.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, senhor. De jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não conhece ninguém do Ministério da Cultura que tenha participação, que tenha sociedade com esses promotores e patrocinadores?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. Não, senhor. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Houve uma mudança, de acordo com o Portal da Transparência, com relação à remuneração de V.Sa. Não vou entrar em termos de valor. Houve uma redução agora em setembro. Entre abril e setembro de 2016, teve uma redução.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - No meu salário?



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É. Por que houve isso? Perdeu alguma função ou alguma coisa?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. Eu falo para o senhor. É devido ao tratamento que eu estou fazendo, por essas ocorrências que aconteceram comigo. Desde 2012 para cá, eu nunca mais tive sossego na minha vida. Acabou com a minha vida familiar, de trabalhador, de vir para o Ministério. Eu chego ao Ministério às 6h30min da manhã todo dia. Eu sou aquele cara que vou para o Ministério para tocar mesmo, aquele que trabalha. O senhor entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Tem pessoas que vão lá, assumem... Eu, não. Eu carrego o piano. Por isso, desde que eu entrei no Ministério da Cultura, em 94, eu tenho funções: porque as pessoas confiam em mim e sabem que eu vou fazer aquilo.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Entendi.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu chego de manhã e saio tarde do Ministério todo dia.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O Ministro nos informou... Na vinda do Ministro da Cultura, da Ministra da Cultura a esta Comissão, indaguei sobre a possível participação em episódios que estão sendo apurados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, na Operação Boca Livre. O Ministro nos informou que havia um processo administrativo em curso, que se encontrava em fase de encerramento. Diante desse fato, então, eu pergunto: V.Sa. poderia nos informar qual foi o motivo da abertura desse processo administrativo contra V.Sa.?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Contra mim?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Quais são as condutas que estão sendo investigadas nesse processo? V.Sa. poderia nos informar o nome dos servidores que integram essa comissão responsável por apurar esses fatos? V.Sa. poderia nos adiantar a conclusão desse procedimento? Se já houve, quais foram as conclusões do processo?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Só para deixar bem claro: quando chegou essa denúncia do Ministério, igual já falei aqui, foi elaborada uma nota técnica, com orientação da nossa consultoria jurídica, e encaminhada para o



Ministério Público em São Paulo. Devido ao que constava dessa nota técnica, eles entenderam que deveria ser arquivado — e arquivaram. Só que, devido às investigações, durante esse período, nos projetos da Bellini, devido à grande quantidade de projetos que estavam com pendência, eles pegaram e encaminharam para a CGU. Isso foi o que me informaram no Ministério. Aí a CGU perguntou o seguinte: *“Está bom, vocês estão investigando o Grupo Bellini. E o que vocês fizeram em relação ao servidor?”* O Ministério falou: *“Fizemos essa nota técnica, encaminhamos para São Paulo e lá eles entenderam que não havia nada contra o servidor”*. Mas aí a CGU falou: *“Olhe, o caminho não é esse. O caminho é através de um PAD. Vocês têm que abrir um PAD”*. Quando foi em 2014...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O que é PAD, só para o pessoal entender?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - É Procedimento Administrativo Disciplinar, que investiga o servidor público. Foi aberto esse PAD, devido à orientação da CGU de que aquele não era o caminho correto, de que deveria ter sido feito um PAD, desde o momento em que chegou a denúncia ao Ministério.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - E foi concluído? A CGU encaminhou, mas foi feito o procedimento? Como foi?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim, está aberto. Já foram ouvidas 11 testemunhas. Só está faltando uma para eles poderem elaborar o parecer deles, com o que eles acham.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ainda não teve conclusão o processo?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, não tem uma conclusão, porque, com essa mudança que teve de servidores públicos na Esplanada...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Existe aqui o entendimento, pelo que a gente analisou, de que seria realmente impossível manter tal esquema da Bellini, que foi feito por tanto tempo, sem a cooperação de alguém do Ministério. Não é possível que, em tantos anos, ninguém percebeu que havia realmente irregularidades na questão da Bellini. A propósito dessa consideração, inclusive, o nome de V.Sa. foi referido em alguns documentos da força-tarefa como ocupante de cargo de grande influência na avaliação e recomendação de prestação de contas. V.Sa. negou isso. Mas eu pergunto: durante o período em que estive na SEFIC,



V.Sa. não percebeu que, na prestação de contas, os processos do Grupo Bellini tinham grandes irregularidades? Nunca ouviu falar nada? Ninguém comentou nada nesse departamento? V.Sa. poderia esclarecer como o Grupo Bellini permaneceu ativo por tanto tempo? Como foi dito aqui, houve denúncia anônima. Ou seja, o Grupo Bellini ficou lá tanto tempo e só houve realmente essa denúncia? Foi uma denúncia anônima, não foi nem de alguém do Ministério que descobriu essas irregularidades. V.Sa., com relação a essa questão, percebeu algo? Nunca ninguém comentou nada nesse período todo?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu nunca ouvi comentários, nunca percebi, porque eu não fazia nada relativo ao SALIC. Não teria nem como avaliar alguma coisa, porque, pelo que eu entendi, essas coisas foram descobertas em fase de prestação de contas. Então, não sei se algum técnico tem essa ferramenta, quando ele está avaliando, para descobrir se algum documento que os caras entregam ao Ministério é falso ou verdadeiro.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Está bem. Naquele primeiro momento, houve a denúncia, que inclusive ficou como improcedente na prática. V.Sa. participou da equipe que analisou essa denúncia na época?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, senhor. De jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A CGU, ao revisar, então, a análise do Ministério da Cultura relacionada a isso, atribuiu a V.Sa. a conduta de condescendência criminosa. Isso foi dito pela CGU. V.Sa. poderia explicar por que razão o Ministério da Cultura se manteve inerte entre maio de 2011, época da denúncia, e dezembro de 2013, quando encaminhou nota técnica à CGU? Quer dizer, a nota técnica da CGU só foi encaminhada, como disse o Relator, em 2013, não foi em 2011. Então, são estas duas colocações: primeiro, essa atribuição que a CGU deu a V.Sa.; segundo, por que V.Sa. acha que, se em 2011 houve a denúncia e tudo isso, só em 2013 foi encaminhada essa nota técnica à CGU?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Pelo que eu sei, a CGU fez uma pesquisa sobre o meu passado com referência a cargos de confiança, e teve um período, acho que foi por 1 ano ou 2 anos, que eu tive um cargo de prestação de contas.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ah! teve um período em que você fez prestação de contas?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. Eu tive o cargo, porém eu respondia a órgãos de controle. A maioria dos Ministérios às vezes quer que o servidor execute uma função, mas não tem a função da área específica para dar para ele. Então ele arruma uma qualquer e dá. Na época, eu me lembro bem de que o meu coordenador me chamou e falou: *“Olha, os órgãos de controle estão pedindo que a gente comece a responder, porque estão perdendo muito prazo, e eu preciso de alguém para responder a esses órgãos de controle, e você seria a pessoa indicada. Eu tenho uma função e vou lhe dar, para você fazer isso”*. Isso eu fiz por um período de 1 ano e meio ou 2 anos. Depois, voltei para a área de convênio novamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Na apresentação de V.Sa., em nenhum momento V.Sa. colocou aqui que participou de prestação de contas. Muito pelo contrário, V.Sa. colocou na apresentação, muito claro — inclusive, numa cor destacada —, assim: *“Importante: o perfil só permite ações na fase de execução (não possibilita aprovação inicial ou de prestação de contas)”*. Botou até em vermelho. E V.Sa. está dizendo agora que trabalhou 1 ano e meio respondendo...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. Você ter a função é uma coisa e você ter o perfil para atuar na área é outra. Eu não tinha perfil nenhum.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sim, V.Sa. pode não ter o perfil, mas V.Sa. analisava prestações de contas.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - De jeito nenhum! Eu respondia a demandas de órgão de controle.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Da CGU inclusive.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Isso. Da própria CGU, Polícia Federal, Câmara, Senado...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A CGU fez alguma indagação sobre a questão da Lei Rouanet e V.Sa. respondeu alguma coisa?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, de jeito nenhum.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS Nesse período de 1 ano e meio em que recebeu gratificação, função gratificada de prestação de contas — V.Sa. confirmou —, V.Sa. não respondeu nada de prestação de contas? Só recebeu a remuneração?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - A função, senhor, era da prestação de contas. Porém, as respostas que eu dava eram geralmente sobre uma dúvida de Prefeituras municipais... Eram referentes a convênio a maioria. O senhor entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não. Não entendi.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu posso tentar lhe explicar.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Estou tentando. V.Sa. acabou de dizer que assumiu, durante 1 ano e meio, a área de prestação de contas com relação aos órgãos — CGU e outros. Indagações sobre a prestação de contas.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Essa prestação de contas só era de convênios? Não tinha nada de prestação de contas do Ministério da Cultura?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Eu não estou sendo bem claro com o senhor. Deixa eu tentar explicar para o senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É, está meio confuso.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Lá no Ministério da Cultura, quando você vai responder às ações de órgãos de controle, você responde a todos especificamente. Para todo órgão que mandar uma denúncia para lá tem que haver uma resposta. E, na época, não tinha uma função específica para um servidor fazer esse trabalho, e seria necessário dar um dinheiro a mais para alguém fazer esse tipo de trabalho, que seria uma função. E, na época, eu fui convidado a responder a essas demandas, porque a própria...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Qual demanda? Tem algum exemplo de alguma demanda com relação a isso? Porque, veja bem, deixe-me dizer para o senhor...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sim. Polícia Federal. A Polícia Federal pedia cópia de um convênio.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Deixe-me dizer para V.Sa. por que estou insistindo na pergunta.



O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Sem problema.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A CGU atribuiu a V.Sa. a conduta de condescendência criminosa. Veja bem, ninguém atribui isso se não tiver nada, absolutamente nada com isso. Então, por isso, eu quero, assim, de uma forma até que dê oportunidade para V.Sa. esclarecer...

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, eu agradeço.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. disse que ficou 1 ano e meio recebendo função gratificada de prestação de contas para atender aos órgãos de controle.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - De controle. Fazer esse trabalho específico.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Então V.Sa. respondeu, provavelmente, aos órgãos de controle alguma coisa relacionada inclusive a esses convênios, a esses projetos, porque senão a CGU não colocaria isso aqui.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, senhor. Eu não, não... Não tem nada a ver.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Não respondeu nada em relação a isso?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A essa prestação de contas de convênio? Desde o Bellini... Não conheço.

V.Sa. diz que conheceu o Bellini na antessala.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Conheci.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Alguma vez alguém comentou sobre essas irregularidades da Bellini nesses anos todos, ou não?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Olha, todo mundo ficou sabendo desse ocorrido a partir da chegada da denúncia, em 2011. Até antes disso, não tinha nada; não tinha nada, assim, que você ouvisse em corredor. Nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas só em 2013 foi para a CGU. De 2011 a 2013 são 2 anos. Você sentiu que alguém ficou meio preocupado?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. O Ministério tomou providências!



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Que providências? Em 2013! A denúncia foi em 2013.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, o senhor voltou a 2011.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É, em 2011 foi a denúncia.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Foi. A partir daquele momento, acho que o Ministério tomou providências, porque teriam que ser tomadas, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Que providências? Não sei.

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Ah! aí eu também não sei! Mas na minha área, eu saberia, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - V.Sa. não sabe. V.Sa. poderia explicar por que a CGU chegou a acusar isso? Você tem noção de por que a CGU colocou isso aqui no relatório, acusando V.Sa. de condescendência criminosa?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não sei. Não tenho a mínima noção, senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Você está respondendo a alguma coisa lá nesse processo?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não, eu estou respondendo a um PAD referente a isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Lá no Ministério da Cultura?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - No Ministério da Cultura.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas outra ação não tem?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não tem.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - A Polícia Federal não convocou, não te chamou?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não. Até o momento, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Ninguém o chamou ainda?

O SR. ARLÍCIO OLIVEIRA DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Tá bom. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputado. A próxima inscrita é a Deputada Erika Kokay. Acrescentando o tempo de Liderança, V.Exa. dispõe de 13 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, eu vou repartir o tempo com...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Depois eu dou o tempo para ele.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. vai dar 13 minutos para ele também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É. Eu quero ouvi-la por 13 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu acho que está havendo uma série de informações distorcidas aqui, informações distorcidas que, penso, são dolosas. Essa distorção é dolosa. Essa não é uma distorção por falta de conhecimento, porque uma pessoa, um Parlamentar que é Relator desta CPI deveria se dedicar aos fatos e entender o que foi feito. A partir de 2011, nós tivemos aqui, primeiro, um acordo com o TCU. O TCU e o MINC e o Ministério do Orçamento ficaram de fazer um plano de gestão para analisar o estoque de prestação de contas. Havia, à época, 12 mil projetos de incentivo fiscal e 3 mil convênios e não havia pessoas em quantidade suficiente para proceder a esta investigação e esta análise, tanto é que só foi possível perceber o que se transformou na Operação Boca Livre com a denúncia do Ministério Público. Aliás, o Ministério Público não aponta nenhuma prova contra o depoente; não argumenta que há qualquer prova contra o depoente. O depoente sofreu um processo de investigação e, aqui, quando se diz que houve o arquivamento da investigação, o que houve foi o arquivamento do processo investigatório contra o depoente. Aqui o que diz... O que diz, por meio da Nota Técnica 0330, de 2011, o MINC? Concluiu pela improcedência da denúncia contra Sr. Arlício Oliveira dos Santos, alegando que, *“em razão do cargo ocupado, não seria possível ao referido servidor ter ingerência sobre atos de análise, tramitação, tomada de decisão, aprovação, transferência de recursos ou aprovação de prestação de contas de projetos ou mecanismos de incentivo fiscal”*. E aí entendeu que haveria que se ter o arquivamento do feito, sem maior aprofundamento investigatório, dado que a condição funcional ocupada pelo depoente não permitia que ele tivesse o nível de ingerência que pudesse construir qualquer tipo de dolo ou qualquer tipo de fraude com os procedimentos investigados. Mas dizer que não houve qualquer tipo de investigação ou de ação do Ministério da Cultura não corresponde ou não namora a verdade. É preciso namorar a verdade,



particularmente quando se está num processo de CPI. Nós temos, primeiro, as empresas inabilitadas. Elas foram previamente inabilitadas, coisa que a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo não fez com tanta celeridade. Mas elas foram imediatamente inabilitadas. E, para ali, houve todo o processo: houve a contratação de servidores temporários, que se deu apenas em maio de 2013, posto que teriam que ser contratados por concurso, Mas o acordo foi feito em 2011, tão logo se constatou que havia indícios graves de fraude e que era preciso serem analisados. E, se havia com relação o grupo Bellini, provavelmente deveria, ou poderia, existir com relação a outros convênios ou a outras empresas e grupos beneficiados com incentivo fiscal — 12 mil, eu repito, 12 mil e 3 mil, respectivamente. Mas o que eu queria dizer é que, olha, de imediato, houve o encaminhamento desse processo de investigação para a Diretoria de Incentivo à Cultura, que solicitou dilação de prazo para resposta, em razão da grande quantidade de processos do proponente — que foram 115, como aqui já foi dito —, e depois disso houve outro encaminhamento, para outra Diretoria, para que houvesse um processo de investigação. Esse processo de investigação é que originou a remessa da denúncia para a CGU, que, aí sim, se deu apenas em 2013. Em 2011 se constatou isso. Arquivaram-se as denúncias? Isso não é verdade. Inabilitou-se, e o Ministério procedeu a uma série de investigações, e foi o próprio Ministério que chegou a constatar, nos processos vinculados ao Sr. Antônio Carlos Bellini, os seguintes fatos: indícios de fotos adulteradas — *“as fotos apresentadas nos PRONACs abaixo se repetem em várias ocasiões”* —; indícios de comprovantes de bibliotecas adulterados; envio de documentos para comprovação que pertencem a outros processos; indícios de fraudes em documentos; declarações falsas. Tudo isso foi constatado na investigação que foi efetivada pelo próprio Ministério. No que diz respeito à análise financeira, a Gerência do Passivo — foram criadas seis gerências para avaliar os processos — constatou indício de possíveis ilegalidades ocorridas em vários processos com outras empresas proponentes e chegou à conclusão de que quanto a várias empresas do grupo Bellini havia indícios de fraude: Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais; Supra Participação em Administração; GCS Associados Publicidade; Floresta Negra Produções Artísticas; APE e Assessoria Quatro Ltda. Tudo isso foi constatado em investigações do próprio Ministério. Dizer



que o Ministério recebeu a denúncia, inabilitou as empresas e a partir dessa inabilitação arquivou o processo não corresponde com os fatos, tanto é que o processo de remessa à CGU para investigação foi elaborado e foi discutido e foi pontuado em investigações próprias do próprio Ministério da Cultura. E, para, além disso, a Polícia Federal... Eu vou repetir: a Polícia Federal indica, ou diz que, provavelmente, desde 2001 — parece-me que o Ministro à época era Francisco Weffort, se não me engano —, no Governo Fernando Henrique Cardoso, havia esse tipo de fraude. Qual era a dificuldade do Ministério de apurar essas fraudes? É porque havia prestações de contas acumuladas em milhares e não havia quem pudesse investigá-las. E foi solucionada essa demanda reprimida com o acordo do TCU de 2011, que foi um acordo do TCU que apontou com um plano de gestão, que o Ministério deveria organizar um plano de gestão e, nesse plano de gestão, contrataram-se mais de 100 servidores através de concurso público — contratação temporária —, para poder fazer a varredura de todas essas prestações de contas e aprofundar a investigação, após o que isso foi remetido à CGU, para que a CGU pudesse tomar as iniciativas necessárias. Então, eu vou só reafirmar: foram contratados 114 servidores temporários com a meta de eliminar o passivo no período de 4 anos, prorrogáveis por mais 1 ano. O passivo, à época, eu vou repetir: 12 mil projetos de incentivo fiscal e 3 mil convênios. Foram criadas seis Gerências do Passivo de prestação de contas do MINC, cinco delas dedicadas apenas ao passivo da Lei Rouanet. Após o concurso, os servidores começaram a trabalhar. Um ano depois, avaliou-se que era preciso adotar medidas para aumentar o ritmo de análise e alterar a dinâmica de trabalho. Então, foi feita uma portaria, e essa portaria mudou os critérios de análise: permitiu a análise simplificada para projetos de valores menores e dispensa de análise financeira, no caso de cumprimento do objeto em projetos pequenos. Isso aumentou a produtividade, e foi reconhecido esse aumento de produtividade pela própria CGU. Ou seja, o Ministério não só contratou servidores, não só fez a investigação de 12 mil projetos de incentivos fiscais e de 3 mil convênios, como chegou à conclusão de que era preciso mudar a análise para poder acelerar o processo de investigação — o que foi reconhecido, inclusive, pela própria CGU — e encaminhou para a própria CGU, em 2013, o resultado de todo esse processo de investigação. Então, é preciso dizer que não houve isso que está



se falando. Não houve isso que está se falando, que chegou a denúncia, houve a inabilitação preventiva e, a partir daí, arquivou-se o processo. Não se arquivou! Começou-se a construir as condições necessárias para se fazer uma verdadeira varredura no Ministério, e isso exigia, inclusive, concurso público para contratação temporária, a fim de que se pudesse analisar esses projetos. E o Ministério atestou uma série de indícios de fraudes, que aqui já foram lidos. Atestou que não havia culpabilidade do depoente. Entretanto, o depoente já explicou que houve a necessidade de se construir um PAD e que não há nada no Ministério Público que aponte, ou que prove, qualquer tipo de irregularidade na postura do depoente. É preciso que nós tenhamos clareza disso para que nós não comecemos a construir um mito e tentemos explicar qualquer tentativa de incriminar (*ininteligível*), em princípio, a partir da construção de dados ou da construção de uma versão que não corresponde à verdade dos fatos. E digo isso porque uma CPI não pode já ter determinado qual vai ser o seu relatório; ela já não pode partir de: *“Olha, eu vou construir essa CPI porque eu quero penalizar pessoas dessa gestão, porque eu quero colocá-las...”*. Ela não pode ser um canal que se constrói para chegar a um objetivo já pré-determinado. CPI é um processo de investigação. Ela tem que ter a honestidade de responsabilizar todos os que se encontram na condição de culpados. Ela tem que ter essa responsabilidade e essa função, mas ela não pode começar o seu trabalho sabendo quais são os termos do relatório, porque o relatório vai ser uma conclusão dos processos de investigação dos trabalhos da própria CPI. Portanto, é preciso que a gente resgate a verdade dos fatos. Houve o depoimento da ex-Ministra Anna de Hollanda, que veio aqui sem convocação. Sem convocação, ela se dispôs a vir. Portanto, também não é verdade que a gente convida, convida, convida e ninguém vem — não é bem verdade isso —, e, por isso, a gente convoca. Não é bem verdade. Eu não sou contra convocar ou convidar. Nós temos é que esclarecer os fatos, e a Operação Boca Livre indica uma atuação extremamente fraudulenta contra uma política que é absolutamente fundamental para que nós possamos resgatar neste País uma cultura de paz que é a política de cultura. Aliás, é preciso que nós constatemos também os limites da Lei Rouanet: a sua concentração, a sua concentração em grandes grupos. Tudo isso é preciso que nós constatemos, para que possamos acelerar, inclusive, o projeto PROCULTURA, que



está no Senado neste momento, porque ele vai democratizar as condições para que nós tenhamos incentivos fiscais que possam ser regionalizados, de modo que possam chegar de ponta a ponta num País que, de tão grande, tão diverso é que tem várias expressões culturais. A cultura não são apenas as linguagens artísticas. A cultura é como a gente se sente, é como a gente vê, é como a nós encaramos as coisas. O sexismo é parte de uma construção cultural, o machismo é parte de uma construção cultural, a LGBT fobia é parte de uma construção cultural. Então, quando nós trabalhamos com uma política cultural, nós trabalhamos com a desconstrução de tudo o que nega o outro, nega a nossa alteridade e nega, portanto, a nossa diversidade e a nossa humanidade. Por fim, quero dizer que processos como esse... Vejam, uma CPI pode ampliar o objeto da sua atuação. Ela tem um fato determinado — o fato determinado foi a Operação Boca Livre —, mas o que nós estamos constatando é que esquemas como esse aconteceram também na Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo! É preciso que nós investiguemos também! Como é que nós vamos investigar o Grupo Bellini, que tem várias empresas e uma série de denúncias de fraudes e várias empresas de fachada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada, conclua.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou concluindo, Presidente. Como é que nós vamos investigar o Grupo Bellini apenas na sua relação com o Governo Federal e nós não vamos analisar os seus tentáculos e as suas relações com o Governo Estadual de São Paulo, do PSDB? Como é que não vamos analisar isso?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Presidente, quero falar pela Liderança.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Essa não é uma discussão em que nós possamos determinar a criminalização ou, de pronto, quais são os culpados, ou que tenha um objetivo que não seja investigar — e investigar responsabilizando os culpados — e resgatar o primor com o patrimônio público. E o Governo do Estado de São Paulo, através da sua Secretaria de Cultura, não teve zelo, tanto é, Presidente, que só começou a investigar agora, agora em 2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada. Concedo a palavra ao Deputado Chico d'Angelo, por 8 minutos.



O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Depois eu quero falar como Líder, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Sr. Presidente, eu acho que nós estamos aqui cumprindo um papel fundamental que é apurar o motivo desta CPI, que é uma fraude apontada pela Operação Boca Livre. E durante todo esse período, até aqui, a gente tem corrigido rumos na CPI. Eu queria até reconhecer o papel do Deputado Alberto Fraga, que, na sua intenção inicial de perseguir e culpabilizar o mundo da cultura, a Comissão aqui viu que era um caminho errado. A Lei Rouanet é cheia de equívocos, todos reconhecem isso. Aliás, o Caetano Veloso deu uma entrevista de página inteira no *Segundo Caderno* do jornal *O Globo* agora, brilhante, até concordando que tem que punir corrupto, mas não criminalizar artista, e viemos batendo nessa tecla.

O Arlício Oliveira dos Santos, em minha opinião, já disse no depoimento dele. E eu acho que a função dele não tinha atribuição nenhuma na questão da investigação de qualquer fraude à Lei Rouanet, quer dizer, a função dele dentro do Ministério era outra. Eu confesso que não sei por que... Quer dizer, a função aqui nossa é ver a questão específica da fraude da Operação Boca Livre, o que você teria a informar, já que os processos de seleção de projetos da Lei Rouanet não passavam por você. Como você bem colocou aqui, você analisa convênios, emendas, enfim, essas outras questões relativas ao Ministério da Cultura. Então, me parece que o seu depoimento já está contemplado.

Aqui, temos que trabalhar no seguinte sentido: punir. E aí a Polícia Federal já esteve aqui e deu uma grande colaboração para o rumo certo que a CPI tem que ter.

Temos que reconhecer que foi na gestão da Ministra, sim — o Relator precisa reconhecer isso —, que tiveram início as investigações do processo e depois foi dada sequência, para não pensar numa questão de partido A ou B. A Ministra Marta Suplicy, que hoje inclusive é Senadora do PMDB, e depois o Ministro Juca Ferreira, todos deram sequência a essa investigação, reconhecendo as fragilidades inclusive dos quadros técnicos do Ministério. Por isso, houve concurso; por isso, aumentou-se o número de funcionários do Ministério.

Então, se queremos... Eu acho que esta CPI vai ter um relatório final importante punindo os atores que foram responsáveis por burlar e fraudar um



recurso do Ministério da Cultura através da Lei Rouanet. E aí eu acho que se nós não focarmos especificamente nessa questão, já está mais que caracterizado que o Ministério da Cultura cumpriu as suas funções de abrir as investigações. Por isso, a Polícia Federal. Por isso, o Ministério Público. Por isso, o TCU. E por isso estamos aqui.

Eu acho que o relatório final tem tudo para ser um relatório bastante objetivo e franco, com punição aos responsáveis por esse grave furto do grupo Bellini Cultural, que está mais que comprovado que ocorreu através da Operação Boca Livre, que foi aberta, para que possamos contribuir com o que o Ministério Público, a Polícia Federal, o próprio Ministério e o TCU estão investigando.

Então a minha intervenção, como o Relator colocou, é no sentido de não procurar politizar ou partidarizar esta CPI, para ela chegar a um relatório final que preserve o mundo da cultura no Brasil. Como eu já falei aqui das entrevistas, todos os artistas são favoráveis a punir esse grupo de corruptos. E que caíamos no caminho certo que é reformular, melhorar e aperfeiçoar a Lei Rouanet, vários países avançados do mundo têm lei de incentivo como essa, e que cheguemos a um relatório final, com o Presidente Alberto Fraga fazendo um bom trabalho para melhorar a cultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado Deputado.

Vou conceder a palavra...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, um esclarecimento: para usar o meu tempo como Líder do PCdoB, eu tenho que trazer uma autorização por escrito do Líder? É o que diz o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É regimental.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Então, é assim que vale?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso mesmo. Mas V.Exa. quer falar?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Mas eu pedi a palavra antes, Sr. Presidente, pela Liderança.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Só para saber.

Está inscrito o Deputado Izalci. Ele está devidamente documentado?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu sou Vice-Líder.



O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Mas tem que ter autorização do Líder, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - O Vice-Líder não precisa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O que fala o Regimento, Presidente?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu assino inclusive o documento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, consulte ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A assessoria está me dizendo que está aí o ofício do Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Onde?

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Vamos fazer uma apuração para ver se está aí o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Enquanto ele procura o documento, eu gostaria de comunicar...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Aproveita e já pega o da Deputada Érika, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu acabei de dar o o.k.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - É bom estar sempre caminhando juntos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Caminhando juntos, mas com ideias diferentes.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Com ideias diferentes, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Antes de passar a palavra ao Deputado Izalci, eu queria comunicar à CPI que estava previsto para amanhã, exatamente, o depoimento do Sr. Bellini. Mas ele apresentou atestado médico de que está em profunda depressão e não vai poder comparecer. Evidentemente, nós cobraremos o atestado médico e tomaremos as medidas cabíveis. Amanhã seria só ele. Eu preferi não trazer a família, porque eu acho que tem que ser depoimento em separado. Essa marcação para hoje era para não ficarmos tanto tempo sem ouvir ninguém.

Com a palavra Deputado Izalci Lucas, pela Liderança, por 7 minutos improrrogáveis, porque a Ordem do Dia já começou.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Eu sei que V.Exa. só prorroga para a Deputada Erika Kokay, mas tudo bem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A Deputada Erika eu deixo falar por 20 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não tenho aqui procuração para defender o Relator, mas, em momento algum, ele disse que já estaria com o seu parecer preestabelecido e definido. Muito pelo contrário. E quem está querendo politizar aqui a questão partidária não somos nós. São Paulo tem sua Câmara Estadual que pode, a qualquer momento, abrir uma CPI para resolver as questões estaduais. Aqui nós tratamos das questões federais.

E aí eu quero esclarecer, porque precisamos deixar o discurso muito claro e não restar dúvidas. Vou repetir, mais uma vez: projetos do grupo Bellini, 174. No período de janeiro de 2003 a dezembro de 2015: 169. Ou seja, cinco foram em períodos anteriores. Valores, recursos: 94 milhões, correspondendo a 598 transferências financeiras; 92.568, ou seja, 579 transferências foram também no período de março 2003 a dezembro 2015. Isso é só para ficar registrado.

Agora vamos aos fatos que foram aqui colocados de uma forma que precisa ser mais transparente. A denúncia foi feita ao Ministério da Cultura em 31 de maio de 2011, através do Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República, em São Paulo, que a enviou para o Ministério da Cultura. Essa denúncia enumerava indícios de fraudes de mau uso de recurso público.

Está lá: a) omissão de registro de livro da lei fiscal; b) superfaturamento de produtos; c) apresentação de projeto por meio de proposta de proponente diverso; c) cooptação indevida de patrocinadores. Então havia quatro indícios, “a”, “b”, “c”, “d”, muito claros de irregularidades. O Anexo 1 indicava o Sr. Arlício Oliveira dos Santos, servidor da Casa que foi incluído na denúncia.

Esse documento do Ministério Público originou um processo que foi encaminhado à Secretaria de Fomento, a qual, por meio de uma nota técnica, solicitou a dilatação do prazo, em razão da grande quantidade de processos que estava analisando — 115 processos. E aí, através da Nota Técnica 0330/2011, concluiu pela improcedência da denúncia contra V.Sa.

Os itens “a”, “b”, “c”, “d”, que eram as denúncias, são os fatos corretos que indicaram V.Sa. como participante, mas os fatos foram elencados. Com relação à



V.Sa. a nota ficou clara: V.Sa., em razão da função que exercia, estaria fora da participação. Em virtude disso, arquivou-se o processo.

Com relação ao resto, não foi feito absolutamente nada. Aliás, posteriormente foi feito. Está aqui: inabilitaram parcialmente o grupo Bellini, porque vários outros continuaram operando normalmente. Ao longo do segundo semestre de 2013, por meio de um trabalho compartilhado, reviram os nomes dos projetos e as irregularidades, o que resultou no Anexo 3. Aí, sim, isso foi encaminhado à CGU, e a CGU está apurando as irregularidades apontadas. Sobre o resto nós já conversamos aqui.

Então, não adianta ficar fazendo discurso para jogar os nossos artistas contra a CPI. A CPI, em nenhum momento, está buscando criminalizar nenhum artista. Muito pelo contrário. Pelo que apuramos até agora, os responsáveis pelo desvio público são exatamente os promotores dos eventos, os captadores de recurso, essas empresas que buscam realmente desvirtuar, em benefício próprio, o incentivo fiscal. Ninguém está querendo criminalizar ninguém. O que nós queremos de fato é apurar o que está sendo colocado aqui.

O Relator não está aqui, mas eu quero simplesmente dizer que isso aqui não foi da cabeça dele, mas é uma resposta que o Ministério da Cultura encaminhou à CGU com relação aos fatos. Então, é só para ficar registrado que esse documento foi o que o nosso Relator estava lendo naquele momento. E passei a V.Exa. o registro, porque há mais de 50 indícios de regularidade. Eu não li todos, mas há muitas coisas graves.

Só quero lembrar que V.Sa. foi, inclusive, indicado pela ex-Ministra para ser chamado, porque V.Sa. teria conhecimento disso. Mas nós vamos, de fato, verificar quem eram os verdadeiros responsáveis pela análise e prestação de contas.

E quero dizer que esses 12 mil processos que estavam sem análise foram detectados em 2011; foi o que ocorreu no período anterior, de 2003 a 2011, em que houve 12 mil processos sem análise de prestação de contas. E se tomou providência quando veio a denúncia. Evidentemente, 12 mil prestações de conta sem análise não exigiriam denúncia nenhuma para dizer que, realmente, estaria acontecendo uma irresponsabilidade ou incompetência muito grande por parte do Ministério.



Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Eu queria agradecer a presença do Sr. Arlício Oliveira. Acho que ele é um exemplo de que quem não deve não teme. Ele veio aqui e prestou os devidos esclarecimentos sem nenhum problema.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária na terça-feira, dia 22 de novembro, às 14h30min em plenário a ser informado.

Nessa audiência pública, ouviremos o ex-Ministro da Cultura Sr. João Luiz Silva Ferreira, e no dia 24 está prevista a presença, vamos convocá-lo de novo, do Sr. Antonio Bellini. Espero que até lá ele melhore.

Está encerrada a presente reunião.